

5º SIMULADO GERAL

GABARITO

1B	2E	3C	4B	5A	6C	7D	8A	9E	10D
11D	12E	13D	14E	15C	16A	17B	18B	19A	20A
21B	22A	23C	24C	25E	26B	27C	28A	29D	30B
31A	32C	33D	34E	35B	36D	37E	38E	39E	40D
41C	42B	43B	44A	45A	46C	47C	48E	49B	50D
51A	52E	53B	54D	55D	56A	57C	58B	59E	60D
61B	62C	63B	64B	65B	66A	67C	68D	69A	70D
71E	72A	73A	74B	75D	76D	77B	78E	79A	80B
81D	82D	83B	84A	85C	86D	87C	88C	89A	90B
91C	92C	93C	94E	95E	96B	97E	98A	99E	100C

GABARITO COMENTADO

LÍNGUA PORTUGUESA

1- (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 01 a 06.

Sobre livros, leituras e literatura

Em “Sobre leitura e os livros”, Schopenhauer afirma que, quando lemos, “outra pessoa pensa por nós”. No contato com “aquelas palavras”, somos dispensados de pensar e deixamos levar pelo pensamento do autor.

Apreendida superficialmente, a crítica de Schopenhauer pode ser interpretada como uma apologia da não leitura. Mas é exatamente isto o que não se pode fazer: lê-lo num relâmpago. O ensaio de Schopenhauer deve ser compreendido pelo seu reverso. A leitura desse texto funciona como uma prática do que expõe o filósofo: não se deve ler sem profundidade; deve-se ler atentamente.

Ao ler sem aprofundamento, corre-se o risco da incompreensão das ideias do outro, tornando o ato de leitura um grande vazio. Um bom texto, para Schopenhauer, pede um gesto que desperte nossos próprios pensamentos. A leitura pela leitura – em quantidade, sem qualidade – faz com que se perca “gradativamente a capacidade de pensar por si mesmo”.

Schopenhauer acredita que o abominável nesse modo de ler é a não possibilidade de se despertar o que está em cada um de nós em potencial. A leitura “precisa deixar marcas no

espírito”. O leitor – um leitor forte – não pode se tornar um mero reproduzidor de ideias; estas devem fazer brotar as suas próprias.

A qualidade literária de um texto, então, torna-se fundamental para esse vir a ser. O autor considera que “a capacidade de persuasão, a riqueza de imagens, o dom da comparação, a ousadia, ou amargura, ou a concisão, ou a graça, ou a leveza de expressão, ou mesmo a **argúcia**” se adquirem quando se leem escritores que têm essas qualidades, e essas qualidades são evocadas em nós. “Essa é a única maneira de a leitura ensinar a escrever, na medida em que ela nos mostra o uso que podemos fazer de nossos próprios dons naturais.”

“Os livros ruins deveriam ser banidos”, brada o filósofo. A atualidade de seu texto está na crítica à indústria cultural em formação. Schopenhauer observa a quantidade de livros ruins no mercado e a valorização que se dá a estes, “essa abundante erva daninha da literatura que tira nutrição do trigo e o sufoca”, roubando “tempo, dinheiro e atenção do público”. Acredita que se deva ler só o que não é objeto de ocupação do grande público. Segundo ele, não se deve ler “o que é ruim, pois a vida é curta, e o tempo e a energia são limitados”.

(Sandra Regina Nunes. FACOM, nº 19, 2008, www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_19/sandranunes.pdf. Adaptado)

De acordo com o texto, uma boa leitura, para Schopenhauer, deve:

- A) levar o leitor a defender o mesmo ponto de vista do autor.
- B) aguçar no leitor habilidades até então não desenvolvidas.
- C) tornar-se objeto da atenção de um grande número de leitores.
- D) fazer com que o leitor rejeite peremptoriamente as ideias do autor.
- E) despertar o desejo de se ler um número cada vez maior de livros.

Comentário

B) aguçar no leitor habilidades até então não desenvolvidas.

CORRETA. Vamos retomar o 3º 4º parágrafo:

(...)

Ao ler sem aprofundamento, corre-se o risco da incompreensão das ideias do outro, tornando o ato de leitura um grande vazio. **Um bom texto, para Schopenhauer, pede um gesto que desperte nossos próprios pensamentos.** A leitura pela leitura – em quantidade, sem qualidade – faz com que se perca “gradativamente a capacidade de pensar por si mesmo”.

Schopenhauer acredita que o abominável nesse modo de ler **é a não possibilidade de se despertar o que está em cada um de nós em potencial.** A leitura “precisa deixar marcas no espírito”. O leitor – um leitor forte – não pode se tornar um mero reproduzidor de ideias; estas devem fazer brotar as suas próprias.

Perceba que para Schopenhauer a boa leitura deve despertar os nossos próprios pensamentos e o que está em cada um de nós em potencial, mas que ainda não foram exercidos. Portanto, trata-se de despertar/aguçar novas habilidades até então não desenvolvidas.

GABARITO B

2 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Na opinião da autora, o texto de Schopenhauer mostra-se atual ao criticar

- A) o leitor que não se interessa em desenvolver habilidades de escrita.
- B) os escritores que criam suas obras a partir de modelos prévios.
- C) o fato de que as pessoas dedicam pouca atenção a textos literários.
- D) a influência que a leitura tende a exercer sobre a formação do escritor.
- E) a má qualidade de livros que circulam para atender a fins comerciais.

Comentário

E) a má qualidade de livros que circulam para atender a fins comerciais.

CORRETA. Vamos retomar o último parágrafo do texto:

(...)

“Os livros ruins deveriam ser banidos”, brada o filósofo. **A atualidade de seu texto está na crítica à indústria cultural em formação.** Schopenhauer observa **a quantidade de livros ruins no mercado e a valorização que se dá a estes**, “essa abundante erva daninha da literatura que tira nutrição do trigo e o sufoca”, roubando “tempo, dinheiro e atenção do público”. **Acredita que se deva ler só o que não é objeto de ocupação do grande público.** Segundo ele, não se deve ler “o que é ruim, pois a vida é curta, e o tempo e a energia são limitados”.

Ao lermos esse parágrafo, percebemos que Schopenhauer faz uma crítica à péssima qualidade de livros publicados para atender a interesses comerciais. É por isso motivo que a autora acha que o texto de Schopenhauer é atual.

GABARITO E

3 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) A ideia de que, para Schopenhauer, o ato de ler deve ser transformador é explicitada na seguinte passagem do texto:

- A) ... não se deve ler sem profundidade; deve-se ler atentamente.
- B) Ao ler sem aprofundamento, corre-se o risco da incompreensão das ideias do outro ...
- C) A leitura “precisa deixar marcas no espírito”.
- D) A qualidade literária de um texto, então, torna-se fundamental ...
- E) “Os livros ruins deveriam ser banidos” ...

Comentário

C) A leitura “precisa deixar marcas no espírito”.

CORRETA. Vamos retomar o 4º parágrafo:

(...)

Schopenhauer acredita que o abominável nesse modo de ler é a não possibilidade de se despertar o que está em cada um de nós em potencial. **A leitura “precisa deixar marcas no espírito”.** O leitor – um leitor forte – não pode se tornar um mero reprodutor de ideias; estas devem fazer brotar as suas próprias.

Quando se fala em “deixar marcas no espírito”, quer dizer que houve transformação.

GABARITO C

4 - **(5º Simulado Geral. 2015. Vunesp)** Um sinônimo para o termo argúcia, em destaque no quinto parágrafo, é:

- A) inépcia.
- B) sagacidade.
- C) precaução.
- D) prodigalidade.
- E) condescendência.

Comentário

Vamos retomar o 5º parágrafo:

(...)

A qualidade literária de um texto, então, torna-se fundamental para esse vir a ser. O autor considera que “a capacidade de persuasão, a riqueza de imagens, o dom da comparação, a ousadia, ou amargura, ou a concisão, ou a graça, ou a leveza de expressão, ou mesmo a **argúcia**” se adquirem quando se leem escritores que têm essas qualidades, e essas qualidades são evocadas em nós. “Essa é a única maneira de a leitura ensinar a escrever, na medida em que ela nos mostra o uso que podemos fazer de nossos próprios dons naturais.”

Argúcia significa “senso aguçado de observação”, “agudeza de espírito”, **“sagacidade”**.

GABARITO B

5 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Uma palavra/expressão empregada com sentido exclusivamente figurado no texto está destacada em:

- A) Mas é exatamente isto o que não se pode fazer: lê-lo num relâmpago.
- B) ... deve-se ler atentamente.
- C) A leitura desse texto funciona como uma prática do que expõe o filósofo...
- D) ... o abominável nesse modo de ler é a não possibilidade de se despertar o que está em cada um de nós em potencial.
- E) Schopenhauer observa a quantidade de livros ruins no mercado...

Comentário

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
COMO DIFERENCIÁ-LOS É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.	



A) Mas é exatamente isto o que não se pode fazer: lê-lo num relâmpago.

CORRETA. Perceba que a palavra “relâmpago” foi utilizada no seu sentido conotativo, figurado, de faz de conta. Ninguém consegue ler como um relâmpago. Isso é fantasiado.

Nas demais alternativas, todas as palavras em destaque foram utilizadas no seu sentido denotativo, de verdade, sentido próprio.

GABARITO A

6 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Considere a seguinte passagem:

Segundo ele, não se deve ler “o que é ruim, **pois** a vida é curta, e o tempo e a energia são limitados”.

As expressões **segundo** e **pois**, em destaque, têm, respectivamente, valor

- A) causal e consecutivo.
- B) condicional e final.
- C) conformativo e explicativo.
- D) proporcional e conclusivo.
- E) concessivo e aditivo.

Comentário

Segundo ele, não se deve ler” – nessa primeira passagem, o termo “segundo” traz a ideia de conformidade, equivalente a “conforme”, “consoante”.

“não se deve ler “o que é ruim, **pois** a vida é curta, e o tempo e a energia são limitados” – nessa passagem, o termo “pois” exprime ideia de explicação, podendo ser substituído por “porque”.

GABARITO C

7 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Considere o texto a seguir, do qual foram suprimidos os sinais de pontuação, e assinale a alternativa em que a pontuação é reestabelecida corretamente.

A Biblioteca Nacional do Brasil considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo é também a maior biblioteca da América Latina

(www.bn.br/biblioteca-nacional/historico. Adaptado)

- A) A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo é também, a maior biblioteca da América Latina.
- B) A Biblioteca Nacional do Brasil considerada pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo é, também, a maior biblioteca da América Latina.
- C) A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também, a maior biblioteca da América Latina.
- D) A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina.
- E) A Biblioteca Nacional do Brasil considerada, pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca, da América Latina.

Comentário

A) A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo é também, a maior biblioteca da América Latina.

INCORRETA. Faltou vírgula depois de “mundo”, para isolar a oração adjetiva explicativa. Também não há razão para usar vírgula depois de “também”.

B) A Biblioteca Nacional do Brasil considerada pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo é, também, a maior biblioteca da América Latina.

INCORRETA. Faltou vírgula antes de “considerada” e depois “mundo” para isolar a oração adjetiva explicativa. Isolar “também” por vírgulas proporciona mais ênfase, sem prejudicar a correção gramatical.

C) A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também, a maior biblioteca da América Latina.

INCORRETA. Não há vírgula depois de “Unesco”, tampouco depois de “também”. Ou isolamos a palavra “também” por vírgulas ou não usamos vírgula nenhuma.

D) A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina.

CORRETA.

Poderíamos também isolar o termo “também” por vírgulas que estaria correto:

A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é, também, a maior biblioteca da América Latina.

E) A Biblioteca Nacional do Brasil considerada, pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca, da América Latina.

INCORRETA. O isolamento do termo “pela Unesco” está equivocada. E a vírgula depois de biblioteca também. Não se pode separar o substantivo “biblioteca” do Adjunto adnominal “da América Latina”.

GABARITO D

8 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 08 a 10.

O Arquivo da Academia Brasileira de Letras (ABL) possui uma grande variedade de documentos textuais e iconográficos. É composto por correspondências, discursos, originais de obras literárias, fotografias e periódicos. Esses documentos, acumulados pela Academia desde a sua fundação, em 1897, recebem tratamento de acordo com as normas arquivísticas contemporâneas.

O Arquivo é composto por duas linhas de acervo: o Arquivo dos Acadêmicos, com a documentação pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios correspondentes, e o Arquivo Institucional, com a documentação administrativa e funcional. Notícias e textos literários publicados em jornais e revistas formam a Hemeroteca, outra valiosa fonte de pesquisa sobre os Acadêmicos e a Academia.

(www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14. Adaptado)

Uma frase do texto reescrita corretamente, no que se refere à concordância padrão da língua portuguesa, sem contradizer as informações originais, está em:

- A) Uma grande variedade de documentos textuais e iconográficos pertence ao Arquivo da Academia Brasileira de Letras.
- B) O Arquivo da ABL contém correspondências, discursos, originais de obras literárias, fotografias e periódicos.
- C) O tratamento desses documentos, acumulados pela Academia desde a sua fundação, são orientados por normas arquivísticas contemporâneas.
- D) O Arquivo dos Acadêmicos e o Arquivo Institucional correspondem às duas linhas que constitui o acervo.
- E) Outra valiosa fonte de pesquisa sobre os Acadêmicos e a Academia é a Hemeroteca, formado por notícias e textos literários publicados em jornais e revistas.

Comentário

A) Uma grande variedade de documentos textuais e iconográficos pertence ao Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

CORRETA. O que pertence ao arquivo da Academia Brasileira de Letras? Uma grande variedade de documentos textuais e iconográficos. Assim, o verbo deve permanecer no singular, concordando com o núcleo do sujeito “uma grande variedade”.

B) O Arquivo da ABL contém correspondências, discursos, originais de obras literárias, fotografias e periódicos.

INCORRETA. O verbo conter deveria estar no singular “contém”.

Contém e contêm são formas conjugadas do verbo conter. Contém, com acento agudo, está na terceira da pessoa do singular, ao passo que “contêm”, com acento circunflexo, está na terceira pessoa do plural.

C) O tratamento desses documentos, acumulados pela Academia desde a sua fundação, ~~são~~ orientados por normas arquivísticas contemporâneas.

INCORRETA. O que é orientado por normas arquivísticas contemporâneas? O tratamento. Assim, o verbo “ser” deveria estar no singular “é” para concordar com o núcleo do sujeito. “Orientados” deveria estar no singular “orientado”.

D) O Arquivo dos Acadêmicos e o Arquivo Institucional correspondem às duas linhas que ~~constitui~~ o acervo.

INCORRETA. O verbo “constituir” deveria estar no plural, para concordar com “duas linhas”.

E) Outra valiosa fonte de pesquisa sobre os Acadêmicos e a Academia é a Hemeroteca, ~~formado~~ por notícias e textos literários publicados em jornais e revistas.

INCORRETA. “formado” deveria estar no feminino “formada”, a fim de concordar com o termo feminino “fonte”.

GABARITO A

9 - **(5º Simulado Geral. 2015. Vunesp)** Considerando as regras de regência do verbo compor no contexto da frase seguinte, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

O Arquivo Institucional compõe-se ____ documentação administrativa e funcional da Academia.

A) a

B) ante

C) sobre

D) em

E) de

Comentário

Questão sobre regência verbal.

Quem se compõe, se compõe de algo, de alguma coisa. Que é composto, é composto de alguma coisa.

Portanto, o verbo “compor” rege a preposição “de”.

GABARITO E

10 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Assinale a alternativa que completa corretamente a frase, no que se refere ao uso do acento indicativo de crase:

Quem visitar o Arquivo da ABL terá acesso

- A) à uma grande variedade de documentos textuais e iconográficos.
- B) à correspondências, discursos, originais de obras literárias, fotografias e periódicos.
- C) à documentos acumulados pela Academia desde sua fundação.
- D) à documentação pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios da Academia.
- E) à riquíssimo acervo para conhecer a vida e a obra dos Acadêmicos.

Comentário

A) à uma grande variedade de documentos textuais e iconográficos.

INCORRETA. Não se usa crase antes de artigos (um, uns, umas) ou pronomes indefinidos (outros, ninguém, todos, alguns etc).

B) à correspondências, discursos, originais de obras literárias, fotografias e periódicos.

INCORRETA. “a” no singular seguida de palavra no plural, crase nem a pau. Isso, porque se o “a” está no singular, quer dizer que não temos a presença do artigo. Se tivéssemos artigo, o “a” deveria estar no plural.

C) à documentos acumulados pela Academia desde sua fundação.

INCORRETA. Não se usa crase antes de palavras masculinas. O documento.

D) à documentação pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios da Academia.

CORRETA. Quem tem acesso, tem acesso a algo. O verbo exigiu a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “documentação” = crase.

E) à riquíssimo acervo para conhecer a vida e a obra dos Acadêmicos.

INCORRETA. Não há crase antes de palavras masculinas.

GABARITO D

11 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 11 a 19.

Ah, os orgulhosos computadores

A cada dia que passa, os computadores devoram mais tarefas. No início, eram folha de pagamento, contabilidade e estatística. Sucesso estrondoso, por ser mais perfeito, mais barato e eliminar o trabalho monótono. **Mas** certas tarefas permanecem inatingíveis: devo me casar com a Mariquinha? É resposta que nem mesmo a inteligência artificial consegue dar.

Para achar imóveis, a internet é imbatível. **Mas**, buscando um apartamento para alugar, vivi as agruras de uma imobiliária que migrou a burocracia para seus orgulhosos computadores. No meu caso, ela se atrapalhou. São três empresas encadeadas. Onde estão as portas de entrada?

Foram muitos dias e mais de cinquenta e-mails, esgrimindo com uma informática misteriosa e tripulada por humanos que não usam o dom da voz ou da inteligência. Muito menos o da cortesia. O veredicto foi sumariado pela lapidar frase (via e-mail): “O seu cadastro não foi aprovado, tá?”

Inovadores pagam o preço dos erros. **Mas** será que eu também o tenho de pagar? Fui vitimado pela combinação de informática velha – com sites que travam e labirintos misteriosos – com um algoritmo novo que se perdeu na complexidade do meu caso, que não é tanta. Ao reduzir o papel dos humanos, o computador fica à mercê de algum programador simplório, perdido por aí. Pobres das cobaias que sofrem com os titubeios dos computadores.

Imagino que a empresa do futuro conseguirá manejar situações simples e lidará bem com as suas falhas humanas e informáticas – que se atrapalham entre si. A inteligência artificial avança, pela via de uma longa curva de aprendizado com os humanos. **Mas**, se os humanos são burros ou bobões, mais tempo isso levará. É a regra do jogo.

(Claudio de Moura Castro. Veja, 16.10.2019. Adaptado)

É correto afirmar que, do ponto de vista do autor,

- A) o advento dos computadores solucionou questões complexas que a velha informática não conseguia resolver.
- B) existem limitações na utilização dos computadores, pois eles não têm o dom da inteligência humana.
- C) os programadores conseguem solucionar os problemas gerados por operações inadequadas das máquinas.
- D) nem todas as tarefas executadas por computadores são perfeitas, pois o fator humano interfere em seu desempenho.
- E) é preciso estabelecer protocolos de cortesia nos atendimentos pelo e-mail, evitando, com isso, ruídos de comunicação.

Comentário

A) o advento dos computadores solucionou questões complexas que a velha informática não conseguia resolver.

INCORRETA. Pois no 4º parágrafo, o autor diz que foi vitimado pela combinação de informática velha com sites que travam e labirintos misteriosos, ou seja, existem tarefas que os computadores não conseguiram resolver.

(....)

Inovadores pagam o preço dos erros. Mas será que eu também o tenho de pagar? **Fui vitimado pela combinação de informática velha – com sites que travam e labirintos misteriosos – com um algoritmo novo que se perdeu na complexidade do meu caso, que não é tanta.** Ao reduzir o papel dos humanos, o computador fica à mercê de algum programador simplório, perdido por aí. Pobres das cobaias que sofrem com os titubeios dos computadores.

B) existem limitações na utilização dos computadores, pois eles não têm o dom da inteligência humana.

INCORRETA. O autor, em nenhum momento, afirma que os computadores não têm o dom da inteligência humana. Aqui, houve erro de extrapolação de conteúdo.

C) os programadores conseguem solucionar os problemas gerados por operações inadequadas das máquinas.

INCORRETA. No 4º parágrafo, o autor faz uma crítica aos programadores, chamando-os de simplórios, perdidos por aí:

(...)

Inovadores pagam o preço dos erros. Mas será que eu também o tenho de pagar? Fui vitimado pela combinação de informática velha – com sites que travam e labirintos misteriosos – com um algoritmo novo que se perdeu na complexidade do meu caso, que não é tanta. **Ao reduzir o papel dos humanos, o computador fica à mercê de algum programador simplório, perdido por aí. Pobres das cobaias que sofrem com os titubeios dos computadores.**

D) nem todas as tarefas executadas por computadores são perfeitas, pois o fator humano interfere em seu desempenho.

CORRETA. No 4º parágrafo, o autor afirma que “ao reduzir o papel dos humanos, o computador fica à mercê de algum programador simplório, perdido por aí, ou seja, há a incidência do fator humano interferindo no funcionamento do computador.

E) é preciso estabelecer protocolos de cortesia nos atendimentos pelo e-mail, evitando, com isso, ruídos de comunicação.

INCORRETA. Erro de extrapolação de conteúdo.

GABARITO D

12 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) As afirmações do autor, no terceiro parágrafo, caracterizam-se como

- A) desabafo insolente diante da desaprovação de seu cadastro.
- B) análise racional dos motivos pelos quais seu cadastro foi recusado.
- C) comentário incompatível com a gravidade da ofensa recebida.
- D) argumento incoerente com seus próprios pontos de vista sobre a internet.
- E) crítica ao atendimento impessoal e incivil por meio eletrônico.

Comentário

E) crítica ao atendimento impessoal e incivil por meio eletrônico.

CORRETA.

Vamos retomar o 3º parágrafo:

(...)

Foram muitos dias e mais de cinquenta e-mails, **esgrimindo com uma informática misteriosa e tripulada por humanos que não usam o dom da voz ou da inteligência. Muito menos o da cortesia.** O veredicto foi sumariado pela lapidar frase (via e-mail): “O seu cadastro não foi aprovado, tá?”

Perceba que há uma crítica quanto ao atendimento feito eletronicamente, via e-mail. Quando ele fala que não usam o dom da voz ou da inteligência, muito menos o da cortesia, ele critica o atendimento impessoal e incivil (que não é bem-educado, descortês).

GABARITO E

13 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) As expressões destacadas nas passagens “O veredito foi sumariado...” e “... os titubeios dos computadores.” têm sinônimos adequados ao contexto, respectivamente, em

- A) resumido e os equívocos.
- B) expresse e as tribulações.
- C) anunciado e os processamentos.
- D) sintetizado e as hesitações.
- E) sentenciado e os vacilos.

Comentário

Sumariado: resumido, sintetizado, reduzido, abreviado etc.

Titubeios: hesitações, vacilos.

GABARITO D

14 - **(5º Simulado Geral. 2015. Vunesp)** Em quatro dos cinco parágrafos, o autor emprega a conjunção “mas” (destacada no texto). É correto afirmar que essa conjunção articula ideias, estabelecendo entre elas relação de sentido de

- A) conclusão.
- B) consequência.
- C) concessão.
- D) causa.
- E) contraste.

Comentário

E) *contraste.*

CORRETA. A ideia do contraste é indicar uma conclusão e, imediatamente, apresentar um argumento para anulá-la. É exatamente o que ocorreu com o termo “mas”, destacado nos parágrafos do texto.

Qual a diferença entre a ideia de contraste e concessão?

A ideia de contraste é anular o argumento principal. Já na ideia concessiva, há uma ressalva que, no entanto, não irá anular o argumento principal.

Ex: Embora tenha chovido, o jogo ocorreu normalmente (ideia concessiva).

Ex: Eu acreditei na sua história, mas era tudo mentira (ideia de contraste).

GABARITO E

15 - **(5º Simulado Geral. 2015. Vunesp)** Assinale a alternativa em que todas as palavras estão empregadas, no contexto, em sentido próprio.

- A) A cada dia que passa, os computadores devoram mais tarefas.
- B) Onde estão as portas de entrada?
- C) É resposta que nem mesmo a inteligência artificial consegue dar.
- D) Fui vitimado pela combinação de informática velha – com sites que travam e labirintos misteriosos...
- E) ... uma informática misteriosa e tripulada por humanos que não usam o dom da voz ou da inteligência.

Comentário

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
COMO DIFERENCIÁ-LOS É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.	



A) A cada dia que passa, os computadores devoram mais tarefas.

INCORRETA. A palavra “devoram” está empregada no sentido conotativa, faz de conta, figurado.

B) Onde estão as portas de entrada?

INCORRETA. No contexto, a palavra “portas” foi utilizada no sentido conotativo, faz de conta. Pois não há porta de entrada nos computadores.

(...) Para achar imóveis, a internet é imbatível. Mas, buscando um apartamento para alugar, vivi as agruras de uma imobiliária que migrou a burocracia para seus orgulhosos computadores. No meu caso, ela se atrapalhou. São três empresas encadeadas. **Onde estão as portas de entrada?**

C) É resposta que nem mesmo a inteligência artificial consegue dar.

CORRETA. Todas as palavras estão no seu sentido próprio, denotativo, de verdade.

D) Fui vitimado pela combinação de informática velha – com sites que travam e labirintos misteriosos...

INCORRETA. As palavras “velha” e “labirintos misteriosos” foram empregados no sentido fantasiado, figurado, conotativo, de faz de conta.

E) ... uma informática misteriosa e tripulada por humanos que não usam o dom da voz ou da inteligência.

INCORRETA. A palavra “tripulada” está no sentido figurado, faz de conta, conotativo.

GABARITO C

16 - **(5º Simulado Geral. 2015. Vunesp)** A preposição destacada nas passagens – Sucesso estrondoso, por ser mais perfeito, mais barato e eliminar o trabalho monótono. / ... informática misteriosa e tripulada por humanos ... – introduz, nos respectivos contextos, informações que expressam

- A) causa e agente.
- B) causa e modo.
- C) modo e agente.
- D) condição e modo.
- E) condição e causa.

Comentário

“Sucesso estrondoso, por ser mais perfeito, mais barato e eliminar o trabalho monótono.”

- “por” + verbo no infinitivo (ser) transmite a ideia de causa.
- Ser mais perfeito, mais barato e eliminar o trabalho monótono são as causas do sucesso estrondoso.

“informática misteriosa e tripulada por humanos ...”

- Tripulada por quem? Por humanos.
- Quando a pergunta é “quem”, estamos se referindo ao agente.
- Se fosse modo, a pergunta seria “como”?

GABARITO A

17 - **(5º Simulado Geral. 2015. Vunesp)** A alternativa em que os fragmentos destacados estão expressos, nos colchetes, por pronome, de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação, é:

- A) ... eliminar o trabalho monótono. [lhe eliminar]
- B) Inovadores pagam o preço dos erros. [pagam-no]
- C) Ao reduzir o papel dos humanos... [reduzir-lhe]
- D) ... humanos que não usam o dom da voz... [usam-no]
- E) ... vivi as agruras de uma imobiliária... [lhes vivi]

Comentário

A) ... eliminar o trabalho monótono. [lhe eliminar]

INCORRETA. Quem elimina, elimina algo/alguma coisa. O verbo é transitivo direto, ou seja, não exige preposição (objeto direto), de forma que não podemos usar o pronome “lhe”, pois este só é usado com objetos indiretos (verbos transitivos indiretos).

B) Inovadores pagam o preço dos erros. [pagam-no]

CORRETA. Quem paga, paga algo/alguma coisa. O verbo é transitivo direto (não exige preposição), ou seja, devemos utilizar o, a, os, as.

“lhe” e “lhes” – objeto indireto.

“O”, “a”, “os”, “as” – objetos diretos

No caso, como o verbo termina em sílaba nasal (am, em e ão), os pronomes o, a, os, as assumem as seguintes formas: no, na, nos, nas.

C) Ao reduzir o papel dos humanos... [reduzir-lhe]

INCORRETA. Não podemos usar o pronome oblíquo lhe com objetos diretos. Quem reduz, reduz algo/alguma coisa. O verbo é transitivo direto, cujo complemento é um objeto direto.

O correto seria: Ao reduzi-lo.

Quando o verbo termina em “r”, “s” ou “z”, estas consoantes desaparecem e passam a assumir as formas expressas por “lo, la, los, las”.

D) ... humanos que não usam o dom da voz... [usam-no]

INCORRETA. Cuidado! Aqui temos a presença da palavra negativa “não”, o que atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise obrigatória.

O correto seria: ... humanos que não o usam.

E) ... vivi as agruras de uma imobiliária... [lhes vivi]

INCORRETA. Não podemos usar “lhes” com verbos transitivos diretos.

GABARITO B

18 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) A alternativa que reescreve passagem do texto de acordo com a norma-padrão de emprego do sinal de crase é:

- A) A cada dia que passa, os computadores executam à todas as tarefas.
- B) Mas, à procura de um apartamento para alugar, vivi agruras.
- C) É mais perfeito, mais barato e suprime às atividades monótonas.
- D) O veredicto resumiu-se à uma frase lapidar, via e-mail.
- E) Programadores simplórios entram em ação, à partir da redução do papel dos humanos.

Comentário

A) *A cada dia que passa, os computadores executam à todas as tarefas.*

INCORRETA. Não se usa crase antes de pronomes indefinidos (alguns, todos, todas, poucos, nenhum etc)

B) *Mas, à procura de um apartamento para alugar, vivi agruras.*

CORRETA. “à procura de” é uma locução adverbial feminina, sendo certo que o uso da crase, nesse caso, é obrigatório.

C) *É mais perfeito, mais barato e suprime às atividades monótonas.*

INCORRETA. Quem suprime, suprime algo/alguma coisa. O verbo suprimir não exige a preposição “a”, de forma que não há crase, pois só temos a presença do artigo “as”.

D) *O veredicto resumiu-se à uma frase lapidar, via e-mail.*

INCORRETA. Não se usa crase antes de artigos indefinidos (um, uns, umas).

E) *Programadores simplórios entram em ação, à partir da redução do papel dos humanos.*

INCORRETA. Não se usa crase antes de verbos.

GABARITO B

19 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) A alternativa redigida segundo a norma-padrão de concordância verbal é:

- A) Buscando apartamento para alugar, vivem-se agruras.
- B) Passa-se muitos dias, e os computadores devoram mais tarefas.
- C) Nessas imobiliárias, sumariam-se o veredicto por uma frase lapidar.
- D) Acha-se facilmente imóveis na internet, que, para isso, é imbatível.
- E) Tratam-se de regras do jogo.

Comentário

A) Buscando apartamento para alugar, vivem-se agruras.

CORRETA. Concordância da partícula “se”.

1º) Quando for partícula apassivadora: o verbo (transitivo direto) concordará com o sujeito passivo.

Ex: Vende-se moto/Vendem-se motos = motos são vendidas (o verbo vai para o plural).

2º) Quando for índice de indeterminação do sujeito: o verbo (transitivo indireto ou intransitivo) ficará, obrigatoriamente, no singular.

Ex: Precisa-se de secretárias.

Quem precisa, precisa de alguma coisa. Temos um verbo transitivo indireto, ou seja, que exige preposição. Nesse caso, o verbo fica no singular.

No caso da nossa alternativa, embora o verbo “viver” seja intransitivo (não exige complemento), ele foi empregado com o sentido de vivenciar algo/alguma coisa, sendo, no contexto, transitivo direto. Assim, estamos diante da partícula “se” apassivadora, de forma que a concordância com o sujeito paciente “agruras”, de forma que o verbo foi corretamente empregado no plural.

B) ~~Passa-se~~ muitos dias, e os computadores devoram mais tarefas.

INCORRETA. Passa-se muitos dias = muitos dias se passaram. Perceba que passaram foi para o plural, de forma que o correto seria: Passam-se muitos dias.

Quem passa, passa algo, alguma coisa. Estamos diante de um verbo transitivo direto, de forma que a partícula “se” é apassivadora, fazendo com que a concordância se dê com o sujeito paciente “muitos dias”.

C) Nessas imobiliárias, ~~sumariam-se~~ o veredicto por uma frase lapidar.

INCORRETA. Quem sumaria, sumaria alguma coisa. O verbo é transitivo direto, de forma que estamos diante da partícula “se” apassivadora. Assim, o verbo deve concordar com o sujeito paciente “o veridcto”, devendo permanecer no singular.

D) Acha-se facilmente imóveis na internet, que, para isso, é imbatível.

INCORRETA. Quem acha, acha algo/alguma coisa. Estamos diante do “se” como partícula apassivadora. Assim, o verbo “achar” deveria estar no plural para concordar com o sujeito paciente “imóveis”.

Acha-se facilmente imóveis na internet = imóveis na internet são facilmente achados.

E) Tratam-se de regras do jogo.

INCORRETA. Quem trata, trata de algo, de alguma coisa. Estamos diante de um verbo transitivo indireto, ou seja, a partícula “se” é índice de indeterminação de sujeito, de forma que o verbo deve permanecer no singular.

O correto seria: Trata-se de regras do jogo.

GABARITO A

20 - (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Leia a tira.



É correto afirmar que o efeito de humor, nessa tira, decorre

- A) da variação de contextos de emprego de palavra, para suscitar a abordagem crítica de um problema socioeconômico.
- B) do emprego de expressões da língua capazes de suscitar sentidos implícitos, caso da denúncia de atitudes prepotentes no âmbito do trabalho.
- C) da contraposição de ideias acerca do desemprego, explicitando a injusta distribuição de renda, que coloca em campos opostos patrões e empregados.
- D) da sugestão de que a palavra “indicador” pode ser interpretada como propensão do patronato a promover artificialmente o desemprego.
- E) do recurso à ambiguidade das palavras “indicador” e “desemprego”, para atenuar a gravidade da crise econômica que atinge a população.

Comentário

A) da variação de contextos de emprego de palavra, para suscitar a abordagem crítica de um problema socioeconômico.

CORRETA. De fato, o humor da tira decorre do fato de que Mafalda confunde o dedo “indicador” com os “indicadores” oficiais de desemprego (problema socioeconômico).

GABARITO A

21 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Assinale a alternativa que contém a frase redigida segundo a norma-padrão de concordância verbal.

- a) Brasil ou Espanha irão ganhar a Copa do Mundo do Catar em 2022.
- b) 1,5% da população votou em branco.
- c) Mais de um aluno foram reprovados.
- d) Havia muitos funcionários públicos fazendo greve contra o atual governo.
- e) Os Estados Unidos sofreu ataque terrorista.

Comentário

a) Brasil ou Espanha ~~irão~~ ganhar a Copa do Mundo do Catar.

INCORRETA.

Quando estivermos diante de um sujeito ligado pela conjunção “ou”, temos que analisar a ideia que traz o período. Se a ideia for de exclusão, o verbo deve permanecer no singular. Agora, se a ideia for de inclusão, o verbo vai para o plural.

Ex: Itália ou Inglaterra será campeão da Eurocopa (ideia de exclusão, pois só um poderá ser campeão – verbo no singular).

Ex: Cigarro ou álcool fazem mal à saúde (ideia de inclusão, pois ambos fazem mal à saúde – verbo no plural).

No caso da alternativa, temos a ideia de exclusão (só uma irá ganhar a Copa do Mundo). Portanto, o verbo deve ficar no singular.

O correto seria: Brasil ou Espanha ~~irão~~ ganhar a Copa do Mundo do Catar.

b) 1,5% da população votou em branco.

CORRETA. Quando estivermos diante de um numeral + determinante, o verbo poderá concordar com o numeral ou com o determinante.

Ex: 10% da população votam em branco/10% da população vota em branco.

No caso da alternativa, tanto o numeral (1,5%) quanto o determinante (população) estão no singular, de forma que o verbo foi corretamente empregado no singular.

c) Mais de um aluno foram reprovados.

INCORRETA. Em regra, na expressão “mais de um” usa-se o singular, pois concorda com o numeral “um”.

Exceções: expressões duplicadas e ideia de reciprocidade – aí vai para o plural.

Ex: Mais de um homem, mais de uma mulher estiveram no teatro (expressão duplicada)

Ex: Mais de um aluno se cumprimentaram (reciprocidade)

O correto seria: Mais de um aluno foi reprovado.

d) *Haviam muitos funcionários públicos fazendo greve contra o atual governo.*

INCORRETA. O verbo haver empregado no sentido de existir é impessoal (sem sujeito), de forma que deve permanecer sempre no singular.

O correto seria: Havia muitos funcionários públicos fazendo greve contra o atual governo.

e) *Os Estados Unidos já ~~sofreu~~ ataque terrorista.*

INCORRETA. Nomes próprios no plural (Campinas, Minas Gerais, Estados Unidos...). Se houver determinante, usa-se o plural. Agora, se não houve determinante, usa-se o singular.

Ex: Os Estados Unidos já sofreram ataque terrorista (há a presença do artigo determinante “os”).

Ex: Estados Unidos já sofreu ataque terrorista (não há determinante)

No caso, foi utilizado o artigo determinante “os”, de forma que o verbo sofrer deveria estar no plural “sofreram”.

O correto seria: Os Estados Unidos já sofreram ataque terrorista

GABARITO B

22 - (5º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Assinale a alternativa em que a colocação dos pronomes atende à norma-padrão da língua portuguesa.

- A) Sempre nos iludiram com a ideia de felicidade absoluta.
- B) As pessoas que limitam-se ao consumismo não são felizes.
- C) Embora iludissem-me com aquelas promessas, não acreditei.
- D) Nunca deve-se acreditar na ideia de felicidade constante.
- E) Quem perde-se em ilusões a respeito de felicidade, sofre mais.

Comentário

A) *Sempre nos iludiram com a ideia de felicidade absoluta.*

CORRETA. O pronome foi empregado após do verbo corretamente (ênclise), eis que não se pode iniciar frase ou período com pronome oblíquo átono.

B) *As pessoas que limitam-se ao consumismo não são felizes.*

INCORRETA. O pronome relativo “que” atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

O correto seria: As pessoas que se limitam ao consumismo não são felizes.

C) Embora iludissem-me com aquelas promessas, não acreditei.

INCORRETA. “embora” é uma conjunção subordinativa concessiva que atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

O correto seria: Embora me iludissem com aquelas promessas, não acreditei.

D) Nunca deve-se acreditar na ideia de felicidade constante.

INCORRETA. “Nunca” é palavra negativa que atrai o uso do pronome para antes do verbo (próclise obrigatória).

O correto seria: Nunca se deve acreditar na ideia de felicidade constante.

E) Quem perde-se em ilusões a respeito de felicidade, sofre mais.

INCORRETA. O pronome relativo “quem” atrai o uso do pronome para antes do verbo também.

O correto seria: Quem se perde em ilusões a respeito de felicidade, sofre mais.

GABARITO A

23 – (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Leia a tira para responder à questão.



Em norma-padrão da língua portuguesa e em conformidade com os sentidos da tira, a resposta da mulher à pergunta “O que ensinou a ele?” poderia ser:

- A) Eu ensinei ele a questionar a autoridade.
- B) Lhe ensinei a questionar a autoridade.
- C) Eu ensinei-lhe que questionasse a autoridade.
- D) Ensinei-o o questionamento da autoridade.
- E) Eu o ensinei que questionasse a autoridade.

Comentário

A) *Eu ensinei ele a questionar a autoridade.*

INCORRETA. Quem ensina, ensina alguma coisa (objeto direto) a alguém (objeto indireto). O pronome pessoal do caso reto “ele” não pode exercer a função de objeto direto.

O correto seria: *Eu lhe ensinei a questionar a autoridade* ou *Eu ensinei-lhe a questionar a autoridade.*

B) *Lhe ensinei a questionar a autoridade.*

INCORRETA. Não se pode iniciar frase ou período com pronomes oblíquos átonos.

O correto seria: *Ensinei-lhe a questionar a autoridade.*

C) *Eu ensinei-lhe que questionasse a autoridade.*

CORRETA. Poderia ser também “Eu lhe ensinei que questionasse a autoridade”. Não há palavra atrativa e estamos diante um sujeito explícito pronominal, sendo facultativo usar o pronome antes ou após o verbo.

D) Ensinei-o o questionamento da autoridade.

INCORRETA. O pronome oblíquo “o” não pode ser usado para objetos indiretos. Para objetos indiretos se usa “lhe” ou “lhes”.

O correto seria: Ensinei-lhe o questionamento da autoridade.

E) Eu o ensinei que questionasse a autoridade.

INCORRETA. Mesma coisa: o pronome oblíquo “o” deve ser trocado por “lhe”.

GABARITO C

24 – (5º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Assinale a alternativa em que todos os verbos do enunciado estão conjugados no mesmo tempo verbal.

A) Quando estamos apaixonados, não queremos nada, além daquilo ou daquele que nos hipnotizou.

B) Eu era criança, não lembro minha idade, mas lembro que aqui no hospital amanhecera.

C) Muitos momentos, quando se é garoto, são como fotografias, nas quais o maior sentimento que se expressa é a solidão.

D) Não sei como foi, mas lembro até hoje o nome dessa que, naquele dia, me ofertou grande afeto.

E) Poucas horas depois, irei dormir feliz, pois o carinho e o afeto que Silvana me permitiu deixarão um doce conforto.

Comentário

A) Quando estamos apaixonados, não queremos nada, além daquilo ou daquele que nos hipnotizou.

INCORRETA. “estamos” e “queremos” estão no presente do indicativo, mas “hipnotizou” está no pretérito perfeito do indicativo.

B) Eu era criança, não lembro minha idade, mas lembro que aqui no hospital amanhecera.

INCORRETA. “era” está no pretérito imperfeito do indicativo, mas “lembro” está no presente e “amanhecera” está no pretérito mais-que-perfeito.

C) Muitos momentos, quando se é garoto, são como fotografias, nas quais o maior sentimento que se expressa é a solidão.

CORRETA. Todos os verbos estão no mesmo modo: “é”, “são” e “expressa” estão conjugados no presente do indicativo.

D) Não sei como foi, mas lembro até hoje o nome dessa que, naquele dia, me ofertou grande afeto.

INCORRETA. “foi” e “ofertou” estão no pretérito perfeito do indicativo, mas “lembro” está no presente do indicativo.

E) Poucas horas depois, irei dormir feliz, pois o carinho e o afeto que Silvana me permitiu deixarão um doce conforto.

INCORRETA. “irei” e “deixarão” estão no futuro do indicativo, ao passo que “permitiu” está no pretérito perfeito do indicativo.

GABARITO C

DIREITO PENAL

25 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O crime denominado "Falsificação de documento público" (CP, art. 297), tem a pena aumentada, de acordo com o §1º, se

- a) causar expressivo prejuízo à fé pública.
- b) o agente é funcionário público e comete o crime em proveito próprio ou alheio.
- c) praticado com intuito de lucro.
- d) o agente é funcionário público.
- e) o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

Comentário:

e) Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

CORRETA.

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - **Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.**

GABARITO E

26 - (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Examine as seguintes situações hipotéticas:

1. Mário, investigador de polícia, retardou, indevidamente, medidas investigatórias em um inquérito policial, para ganhar prestígio com o Prefeito Municipal, pois a esposa deste é a principal suspeita da prática do crime investigado;
2. Mévio, fiscal da Prefeitura, exigiu de particular a entrega de dinheiro para não embargar a construção da sua residência;
3. Ana, funcionária pública da Caixa Econômica Federal, em razão de seu cargo, apropriou-se de dólares que tinha recebido para serem trocados em reais.

Conforme o Código Penal, Mário, Mévio e Ana responderão, respectivamente, pelos crimes de

- a) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- b) prevaricação, concussão e peculato.
- c) prevaricação, corrupção passiva e peculato.
- d) corrupção passiva, peculato e concussão.
- e) corrupção ativa, concussão e prevaricação.

Comentário:

1. Mário, investigador de polícia, retardou, indevidamente, medidas investigatórias em um inquérito policial, para ganhar prestígio com o Prefeito Municipal, pois a esposa deste é a principal suspeita da prática do crime investigado;

Mário responderá pelo crime de prevaricação.

Prevaricação

Art. 319, CP - **Retardar** ou deixar de praticar, **indevidamente, ato de ofício**, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, **para satisfazer interesse ou sentimento pessoal**:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

2. Mévio, fiscal da Prefeitura, exigiu de particular a entrega de dinheiro para não embargar a construção da sua residência;

Mévio responderá pelo crime de concussão.

Concussão

Art. 316, CP - **Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:**

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

3. Ana, funcionária pública da Caixa Econômica Federal, em razão de seu cargo, apropriou-se de dólares que tinha recebido para serem trocados em reais.

Ana responderá pelo crime de peculato.

Peculato

Art. 312, CP - **Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:**

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

GABARITO B

27 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A conduta de "provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado" configura

- a) Condescendência criminosa.
- b) Fraude processual.
- c) Comunicação falsa de crime ou de contravenção
- d) Denúnciação caluniosa.
- e) Autoacusação falsa.

Comentário:

c) CORRETA. Comunicação falsa de crime ou de contravenção

Art. 340, CP - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

GABARITO C

28 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O crime de "Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício", do art. 333, CP, tem a pena aumentada de um terço, de acordo com o parágrafo único, se,

- a) em razão da vantagem, o funcionário omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.
- b) do fato o agente auferir vantagem.
- c) da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem.
- d) abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.
- e) o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

Comentário:

a) CORRETA.

Corrupção ativa

Art. 333, CP - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

GABARITO A

29 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Certos crimes têm suas penas estabelecidas em patamares superiores quando presentes circunstâncias que aumentam o desvalor da conduta. São os denominados "tipos qualificados".

Assinale a alternativa que indica o crime que tem como qualificadora "o interesse ser ilegítimo".

- a) Abandono de função.
- b) Condescendência criminosa.
- c) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- d) Advocacia administrativa.
- e) Violação de sigilo funcional

Comentário:

d) CORRETA. Advocacia administrativa

Art. 321, CP - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

- **Qualificadora:**

Parágrafo único - **Se o interesse é ilegítimo:**

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

GABARITO D

30 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O crime de "inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito", do art. 347, CP, (fraude processual) tem como qualificadora, parágrafo único, "se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado",

- a) as penas aplicam-se na metade.
- b) as penas aplicam-se em dobro.
- c) o fato deixa de ser punível.
- d) a pena será reduzida de 1/3 (um terço).
- e) a pena será reduzida de 2/3 (dois terços).

Comentário:

b) CORRETA. Fraude processual

Art. 347, CP - Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

- **Qualificadora:**

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

GABARITO B

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Em relação ao acusado e seu defensor, assinale a alternativa correta:

- a) A constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- b) Ao acusado menor dar-se-á tutor.
- c) o acusado só poderá substituir o defensor dativo nomeado pelo juiz por outro advogado de sua confiança após a sentença de primeira instância.
- d) Nenhum acusado, ainda que ausente será processado ou julgado sem defensor, salvo o foragido.
- e) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente ao juiz, sob pena de multa de um salário mínimo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Comentário

a) A constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

CORRETA. É o que estabelece o art. 266 do CPP:

Art. 266. A constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

b) Ao acusado menor dar-se-á tutor.

INCORRETA. Não é tutor e sim CURADOR:

Art. 262. Ao acusado menor dar-se-á curador.

c) o acusado só poderá substituir o defensor dativo nomeado pelo juiz por outro advogado de sua confiança após a sentença de primeira instância.

INCORRETA. Em qualquer tempo, o acusado pode substituir o defensor dativo por outro advogado de sua confiança:

Art. 263, caput, CPP. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, **ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança**, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

d) Nenhum acusado, ainda que ausente será processado ou julgado sem defensor, salvo o foragido.

INCORRETA. Nem mesmo o foragido pode ser julgado sem defensor:

Art. 261, caput, CPP. Nenhum acusado, **ainda que ausente ou foragido**, será processado ou julgado sem defensor.

e) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de um salário mínimo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

INCORRETA. A multa é de 10 a 100 salários mínimos:

Art. 265, caput, CPP. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa **de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos**, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

GABARITO A

32 - **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** A respeito das disposições relativas à citação, é correto afirmar que:

- a) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.
- b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, interrompendo-se o curso do prazo de prescrição.
- c) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- d) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias.
- e) Se o réu estiver preso, será citado mediante carta precatória.

Comentário

a) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.

INCORRETA. No caso de legações estrangeiras, a citação é por carta ROGATÓRIA:

Art. 369. As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta rogatória.

b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, interrompendo-se o curso do prazo de prescrição.

INCORRETA. Nesse caso, a prescrição não será interrompida, mas suspensa até o seu cumprimento:

c) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

CORRETA. É o que dispõe o art. 358:

Art. 358. A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

d) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias.

INCORRETA. O prazo para a citação por edital do réu não encontrado é de 15 dias, nos termos do art. 361:

Art. 361. Se o réu não for encontrado, será citado por edital, **com o prazo de 15 (quinze) dias.**

e) Se o réu estiver preso, será citado mediante carta precatória.

INCORRETA. O réu preso será citado pessoalmente, conforme determina o art. 360 do CPP:

Art. 360. Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

GABARITO C

33 - **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar a respeito do processo comum que:

a) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, compreendendo-se nesse número as que não prestarem compromisso e as referidas.

b) Uma vez arrolada a testemunha, a parte não pode desistir de sua inquirição.

c) Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 30 (trinta) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

d) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

e) o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar que a denúncia ou queixa é manifestamente inepta.

Comentário

a) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, compreendendo-se nesse número as que não prestarem compromisso e as referidas.

INCORRETA. A primeira parte está correta: é mesmo até 8 testemunhas. Contudo, NÃO se compreendem nesse número as testemunhas que não prestarem compromisso e as referidas:

Art. 401. Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.

§ 1º Nesse número **não se compreendem** as que não prestem compromisso e as referidas.

b) Uma vez arrolada a testemunha, a parte não poderá desistir de sua inquirição.

INCORRETA. Pois a parte pode sim desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, nos termos do § 2º do art. 401:

Art. 401 (...)

§ 2º A parte **poderá desistir** da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, ressalvado o disposto no art. 209 deste Código.

c) Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos ~~30 (trinta)~~ minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

INCORRETA. O tempo é de 10 min:

Art. 403 (...)

§ 2º Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos **10 (dez) minutos**, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

d) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

CORRETA. É o que dispõe o art. 396 do CPP:

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

e) o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar que a denúncia ou queixa é manifestamente inepta.

INCORRETA. Quando a denúncia ou queixa for manifestamente inepta, é causa de rejeição da denúncia ou queixa e não caso de absolvição sumária:

Art. 395. **A denúncia ou queixa será rejeitada** quando:

I - **for manifestamente inepta**

II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou

III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.

Por sua vez, as causas de absolvição sumária estão previstas no art. 397:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou

IV - extinta a punibilidade do agente.

CAUSAS DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA (ART. 395 DO CPP)	CAUSAS DE ABOLVIÇÃO SUMÁRIA (ART. 397 DO CPP)
1) Manifestamente inepta	1) Existência manifesta de causa excludente de ilicitude
2) Faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal	2) Existência manifesta de causa excludente de culpabilidade, salvo inimputabilidade
3) Faltar justa causa para o exercício da ação penal	3) Fato narrado não constitui crime
	4) Extinta a punibilidade

GABARITO D

34 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que diz respeito ao procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

- a) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
- b) O serviço do júri é obrigatório e o alistamento compreenderá os maiores de 21 (vinte e um) anos de notória idoneidade.
- c) Os servidores do Poder Judiciário não estão isentos do serviço do júri.
- d) O pedido de desaforamento será distribuído em até 24 (vinte e quatro) horas e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.
- e) O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

Comentário

a) *Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.*

INCORRETA. Cabe é apelação, nos termos do art. 416 do CPP:

Art. 416. Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária **caberá apelação**.

b) *O serviço do júri é obrigatório e o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 21 (vinte e um) anos de notória idoneidade.*

INCORRETA. A primeira parte está correta, pois, de fato, o serviço do júri é obrigatório. Contudo, o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 anos e não 21 como constou:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos **maiores de 18 (dezoito) anos** de notória idoneidade.

c) *Os servidores do Poder Judiciário não estão isentos do serviço do júri.*

INCORRETA. O CPP, no seu art. 437, elenca uma lista de pessoas que estão isentas do serviço do júri, dentre as quais os servidores do Poder Judiciário:

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV – os Prefeitos Municipais;

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI – **os servidores do Poder Judiciário**, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII – os militares em serviço ativo;

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

d) *O pedido de desaforamento será distribuído em até 24 (vinte e quatro) horas e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.*

INCORRETA. O pedido de desaforamento deve ser distribuído IMEDIATAMENTE:

Art. 427 (...)

§ 1º O pedido de desaforamento será distribuído **imediatamente** e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.

e) O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

CORRETA. É o que está expresso no art. 447 do CPP:

Art. 447. O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

GABARITO E

35 - **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Quanto ao processo de restauração de autos extraviados ou destruídos, é correto afirmar que:

- a) Os selos e as taxas judiciárias, já pagos nos autos originais, deverão ser pagos novamente.
- b) Se no curso da restauração aparecerem os autos originais, nestes continuará o processo, apenas a eles os autos da restauração.
- c) Os causadores de extravio de autos responderão pelas custas, em triplo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.
- d) Proceder-se-á à restauração na primeira instância, salvo se autos tenham sido extraviado na segunda.
- e) O juiz determinará as diligências necessárias para a restauração, não podendo, contudo, serem repetidos os exames periciais.

Comentário

a) Os selos e as taxas judiciárias, já pagos nos autos originais, ~~deverão ser pagos novamente.~~

INCORRETA. Pois não precisa pagar novamente, nos termos do art. 545 do CPP:

Art. 545. Os selos e as taxas judiciárias, já pagos nos autos originais, não serão novamente cobrados.

b) Se no curso da restauração aparecerem os autos originais, nestes continuará o processo, apenas a eles os autos da restauração.

CORRETA. De fato, se aparecerem os autos originais, o processo seguirá nestes autos originais e o processo de restauração fica apensado:

c) Os causadores de extravio de autos responderão pelas custas, ~~em triplo~~, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

INCORRETA. É em dobro!!!

Art. 546. Os causadores de extravio de autos responderão pelas custas, **em dobro**, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

d) Proceder-se-á à restauração na primeira instância, ~~salvo~~ se autos tenham sido extraviado na segunda.

INCORRETA. Pois ainda que os autos tenham sido extraviados na segunda instância, a restauração se dá na primeira instância:

Art. 541 (...)

§ 3º Proceder-se-á à restauração na primeira instância, **ainda que** os autos se tenham extraviado na segunda.

e) O juiz determinará as diligências necessárias para a restauração, não podendo, contudo, serem repetidos os exames periciais.

INCORRETA. Os exames periciais, quando possível serão repetidos, e de preferência pelos mesmos peritos:

Art. 543. O juiz determinará as diligências necessárias para a restauração, observando-se o seguinte:

I - caso ainda não tenha sido proferida a sentença, reinquirir-se-ão as testemunhas podendo ser substituídas as que tiverem falecido ou se encontrarem em lugar não sabido;

II - **os exames periciais, quando possível, serão repetidos, e de preferência pelos mesmos peritos;**

III - a prova documental será reproduzida por meio de cópia autêntica ou, quando impossível, por meio de testemunhas;

IV - poderão também ser inquiridas sobre os atos do processo, que deverá ser restaurado, as autoridades, os serventuários, os peritos e mais pessoas que tenham nele funcionado;

V - o Ministério Público e as partes poderão oferecer testemunhas e produzir documentos, para provar o teor do processo extraviado ou destruído.

GABARITO B

36 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Com relação aos recursos e à revisão, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos serão voluntários, sendo vedada a interposição, de ofício, pelo juiz.
- b) O prazo para interpor recurso em sentido estrito contra decisão que incluir jurado na lista geral ou desta excluir é de 05 (cinco) dias.
- c) Caberá apelação da decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- d) A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.
- e) A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, nos cinco dias seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

Comentário

a) Os recursos serão voluntários, sendo vedada a interposição, de ofício, pelo juiz.

INCORRETA. Em regra, os recursos serão voluntários. Mas o CPP prevê duas hipóteses em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz:

Art. 574. Os recursos serão voluntários, **excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz:**

I - da sentença que conceder habeas corpus;

II - da que absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411.

b) O prazo para interpor recurso em sentido estrito contra decisão que incluir jurado na lista geral ou desta excluir é de 05 (cinco) dias.

INCORRETA. Em regra, o recurso em sentido estrito deve ser interposto mesmo em 05 dias. Contudo, nessa hipótese específica de inclusão ou exclusão de jurado da lista geral, o CPP estabeleceu o prazo de 20 dias!!!

Art. 586. O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. No caso do **art. 581, XIV, o prazo será de vinte dias**, contado da data da publicação definitiva da lista de jurados.

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

(...)

XIV - que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir;

c) Caberá apelação da decisão que concluir pela incompetência do juízo.

INCORRETA. Nessa hipótese, cabe recurso em sentido estrito:

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

(...)

II - que concluir pela incompetência do juízo;

d) A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

CORRETA. É o que estabelece o art. 622:

Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

e) A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, nos cinco dias seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

INCORRETA. O prazo é de 48 horas!!!

Art. 640. A carta testemunhável será requerida ao escrivão, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, **nas quarenta e oito horas** seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

GABARITO D

37 – **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** A respeito da Lei no 9.099/95 (arts. 60 a 83; 88 e 89), é correto afirmar que:

a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará em até 48 horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

b) A competência do Juizado será determinada pelo domicílio do réu.

c) Os critérios orientadores do processo perante o Juizado Especial Criminal previstos na lei são: forma escrita, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade.

d) Os atos processuais serão públicos e só poderão realizar-se em horário diurno e em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

e) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Comentário

a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará em até 48 horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

INCORRETA. O termo circunstanciado deverá ser encaminhado ao Juizado IMEDIATAMENTE, nos termos do art. 69:

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

b) A competência do Juizado será determinada pelo ~~domicílio do réu~~.

INCORRETA. A competência será determinada pelo lugar em praticada a infração, nos termos do art. 63:

Art. 63. A competência do Juizado será determinada **pelo lugar em que foi praticada a infração penal.**

c) Os critérios orientadores do processo perante o Juizado Especial Criminal previstos na lei são: ~~forma escrita~~, simplicidade, ~~formalidade~~, economia processual e celeridade.

INCORRETA.

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da **oralidade**, simplicidade, **informalidade**, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. **(Redação dada pela Lei nº 13.603, de 2018)**

d) Os atos processuais serão públicos e só poderão realizar-se em horário diurno e em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

INCORRETA. Pois podem ser realizados em horário noturno e em qualquer dia da semana:

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

e) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

CORRETA. É o que está expresso no art. 74:

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

GABARITO E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38- (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Considere a seguinte situação hipotética: Golias é juiz de direito e assumiu na data de hoje a titularidade da X Vara Cível do Foro Central da Capital – SP. Ao assumir a referida vara Golias se deparou com situações distintas nos processos A, B e C. No processo A está postulando como defensora pública do réu a esposa de seu tio. No processo B está postulando como advogado do autor sua cunhada. E, no processo C está postulando como Membro do Ministério Público a atual esposa de seu avô, que não é a sua avó.

Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil, Golias

A) não está impedido de exercer as suas funções em nenhum dos processos, uma vez que há, apenas, hipótese de suspensão do juiz nos processos A, B e C.

B) está impedido de exercer as suas funções apenas nos processos A e B e com relação ao processo C há suspeição.

C) está impedido de exercer as suas funções apenas nos processos B e C e com relação ao processo A há suspeição.

D) está impedido de exercer as suas funções apenas no processo B, e nos demais processos há suspeição.

E) está impedido de exercer as suas funções nos processos A, B e C.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento da hipótese de impedimento previsto no inciso III do art. 144, de seguinte teor:

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

[...]

III - quando nele estiver postulando, como **defensor público, advogado ou membro do Ministério Público**, seu cônjuge ou companheiro, **ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive**;

1) No processo A está postulando como defensora pública do réu a esposa de seu tio.

- Incide na causa de impedimento, pois a defensora pública do réu é esposa do tio do juiz. Tio é parente de terceiro grau, sendo certo que a lei também inclui os afins (esposa, sogro, genro, cunhado etc).

2) No processo B está postulando como advogado do autor sua cunhada.

- Incide na causa de impedimento, pois cunhada é parte por afinidade de segundo grau (irmão do juiz).

3) E, no processo C está postulando como Membro do Ministério Público a atual esposa de seu avô, que não é a sua avó.

- Também incide a causa de impedimento, pois a esposa de seu avô é parente por afinidade.



A figura acima (fonte: <https://www.aspectojuridico.com/2018/07/grau-de-parentesco.html?m=0>) retrata os parentes sanguíneos, em linha reta e colateral.

ATENÇÃO!!! Primo é parente consanguíneo em linha colateral de 4º grau, ou seja, ele não é alcançado por nenhuma causa de impedimento ou suspeição, que vai somente até o 3º grau.

E o que vem a ser parentes afins?

Assim como ocorre no parentesco consanguíneo, o parentesco por afinidade também é subdividido em linha reta e linha colateral:

- Linha Reta: sogros, genros ou noras e enteados (1º Grau)
- Linha Colateral: apenas os cunhados (2º Grau)

Em síntese, quando o CPP diz "seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau" lê-se:

- cônjuge,
- pais, avós, bisavós
- filhos, netos, bisnetos
- irmãos, tios, sobrinhos
- sogros, genros ou noras e enteados
- cunhados

Estão excluídos tios – avós e primos (4º grau).

GABARITO E

39 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere aos prazos, é correto afirmar que:

- a) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 02 (dois) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) A contagem do prazo terá início na data da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.
- d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, desde que haja prévio requerimento.
- e) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

Comentário

a) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.

INCORRETA. O prazo é de 48 horas:

Art. 218 (...)

§ 2º Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas **48 (quarenta e oito) horas**.

b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, ~~será de 02 (dois) dias~~ o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

INCORRETA. O prazo é de 05 dias:

Art. 218 (...)

§ 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, **será de 5 (cinco) dias** o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

c) A contagem do prazo terá início na data da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

INCORRETA. Pois a contagem do prazo terá início no PRIMEIRO DIA ÚTIL QUE SEGUIR AO DA PUBLICAÇÃO.

E considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização.

Ex: Uma determinada decisão do juiz foi disponibilizada no DJE na segunda-feira. A data da publicação será considerada o primeiro dia útil seguinte (terça-feira), de forma que a contagem do prazo terá início na quarta-feira (primeiro dia útil seguinte ao da publicação).

d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, desde que haja prévio requerimento.

INCORRETA. Independe de requerimento:

Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, **independentemente de requerimento.**

e) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

CORRETA. A renúncia tem que ser expressa (não pode renúncia tácita):

Art. 225. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

GABARITO E

40 - **(5º Simulado Geral. 2021. Outras)** Sobre a tutela cautelar no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) Caso o réu não conteste o pedido cautelar no prazo de cinco dias, ficará ele revel, porém não incidirá o efeito material da revelia.

B) Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente, se o pedido principal não for formulado no prazo de quinze dias.

C) Formulado pedido de tutela cautelar antecedente, não pode este ser recebido como pedido de tutela antecipada, considerando tratar-se de tutela de urgência distinta.

D) Se a medida cautelar for indeferida com fundamento na prescrição ou decadência do direito, isso obsta o acolhimento de futuro pedido principal relativo a este.

E) Caso concedida a medida cautelar, deverá ser proposta a ação principal, por meio de petição inicial em autos próprios, a ser distribuída ao mesmo juízo do pedido cautelar.

Comentário

A) Caso o réu não conteste o pedido cautelar no prazo de cinco dias, ficará ele revel, porém não incidirá o efeito material da revelia.

INCORRETA. Pois incide sim o efeito material da revelia, qual seja, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, nos termos do art. 307 do CPC:

Art. 307. **Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos,** caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.

B) Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente, se o pedido principal não for formulado no prazo de quinze dias.

INCORRETA. O prazo é de 30 dias:

Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se:

I - o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;

II - **não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;**

III - o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.

C) Formulado pedido de tutela cautelar antecedente, não pode este ser recebido como pedido de tutela antecipada, considerando tratar-se de tutela de urgência distinta.

INCORRETA. Pode sim ser recebida como pedido de tutela antecipada, conforme determina o art. 305, parágrafo único, do CPC/15:

Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Parágrafo único. **Caso entenda que o pedido a que se refere o caput tem natureza antecipada,** o juiz observará o disposto no art. 303.

O art. 303 trata da tutela antecipada:

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

D) Se a medida cautelar for indeferida com fundamento na prescrição ou decadência do direito, isso obsta o acolhimento de futuro pedido principal relativo a este.

CORRETA. Em regra, o indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse. Contudo, se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou prescrição, aí sim obsta o pedido principal, nos termos do art. 310:

Art. 310. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, **salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.**

E) Caso concedida a medida cautelar, deverá ser proposta a ação principal, por meio de petição inicial em autos próprios, a ser distribuída ao mesmo juízo do pedido cautelar.

INCORRETA. A ação principal deverá ser apresentado nos MESMOS autos:

Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, **caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar**, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

GABARITO D

41 - **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** No que se refere às provas, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, deste que especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- b) É vedado ao juiz determinar, de ofício, provas necessárias ao julgamento do mérito.
- c) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- d) É defeso ao juiz admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- e) Dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

Comentário

a) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ~~deste que especificados~~ neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

INCORRETA. Não precisa estar especificado no Código de Processo Civil:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, **ainda que não especificados neste Código**, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

b) É vedado ao juiz determinar, de ofício, provas necessárias ao julgamento do mérito.

INCORRETA. Pois o juiz pode sim determinar, de ofício, provas necessárias para o julgamento, nos termos do art. 370:

Art. 370. Caberá ao juiz, **de ofício** ou a requerimento da parte, **determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.**

c) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

CORRETA. Reprodução literal do art. 371:

Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

d) É ~~defeso~~ ao juiz admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

INCORRETA. Pois é permitido ao juiz tal conduta, nos termos do art. 372:

Art. 372. O juiz **poderá admitir** a utilização de **prova produzida em outro processo**, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

OBS: É DEFESO = É VEDADO = É PROIBIDO

e) Dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

INCORRETA. Pois não dependem de prova, nos termos do art. 374:

Art. 374. **Não** dependem de prova os fatos:

I - notórios;

II - **afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária**;

III - admitidos no processo como incontroversos;

IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

GABARITO C

42 - **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Dentre as situações a seguir, assinale a alternativa que corresponde a uma sentença sem resolução do mérito:

- a) Reconhecimento da ocorrência de prescrição.
- b) Reconhecimento da existência de perempção.
- c) Reconhecimento da ocorrência da decadência.
- d) Acolhimento do pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- e) Homologação da transação.

Comentário

b) Reconhecimento da existência de perempção.

CORRETA.

As hipóteses de sentença sem resolução do mérito estão previstas no art. 485 do CPC/15:

Art. 485. **O juiz não resolverá o mérito quando:**

I - indeferir a petição inicial;

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - **reconhecer a existência de perempção**, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - homologar a desistência da ação;

IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e

X - nos demais casos prescritos neste Código.

As demais hipóteses se referem à sentença com resolução do mérito:

Art. 487. Haverá **resolução de mérito** quando o juiz:

I - **acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção**;

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de **decadência ou prescrição**;

III - **homologar**:

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;

b) **a transação**;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

GABARITO B

43 - **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Quanto à Lei n. 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, tampouco o litisconsórcio.

b) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a trinta vezes o salário mínimo.

d) As causas de natureza alimentar se incluem na competência do Juizado Especial.

e) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, exceto para fins de conciliação.

Comentário

a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, ~~tampouco o litisconsórcio.~~

INCORRETA. Pois o litisconsórcio é admitido, nos termos do art. 10:

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. **Admitir-se-á o litisconsórcio.**

b) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

CORRETA. Reprodução literal do § 3º do art. 9º:

Art. 9º (...)

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a ~~trinta~~ vezes o salário mínimo.

INCORRETA. Pois é até 40 vezes o salário mínimo:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor **não exceda a quarenta vezes** o salário mínimo;

d) As causas de natureza alimentar se incluem na competência do Juizado Especial.

INCORRETA. Não se incluem:

Art. 3º (...)

§ 2º **Ficam excluídas** da competência do Juizado Especial as **causas de natureza alimentar**, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

e) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, ~~exceto~~ para fins de conciliação.

INCORRETA. Também pode conciliar:

Art. 8º (...)

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, **inclusive para fins de conciliação.**

GABARITO B

44 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à Lei n. 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, é correto afirmar que:

- a) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- d) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais.
- e) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 02 (dois) dias antes da audiência.

Comentário

a) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CORRETA. Reprodução literal do art. 7º:

Art. 7º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

INCORRETA. É absoluta:

Art. 2º (...)

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é **absoluta**.

c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

INCORRETA. Pois é até 60 salários mínimos:

Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, **até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.**

NÃO CONFUNDA:

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA
ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS	ATÉ 60 SALÁRIOS MÍNIMOS

d) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência ~~não~~ poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais.

INCORRETA. Podem sim, nos termos do art. 8º:

Art. 8º Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência **poderão** conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

e) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 02 (dois) dias antes da audiência.

INCORRETA. O prazo é de até 5 dias!!!

Art. 10. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 (cinco) dias antes da audiência.

GABARITO A

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante ao texto expresso na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), é correto afirmar que a lei

a) estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

b) assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

c) não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, exceto a coisa julgada material.

d) penal retroagirá, para beneficiar o réu ou não.

e) não poderá restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Comentário:

a) estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

CORRETA.

Art. 5º, XXIV, CF - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

b) assegurará aos autores de inventos industriais privilégio ~~permanente~~ para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

INCORRETA.

Art. 5º, XXIX, CF - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio **temporário** para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

c) não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, ~~exceto a coisa julgada material~~.

INCORRETA.

Art. 5º, XXXVI, CF - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito **e a coisa julgada;**

d) penal retroagirá, para beneficiar o réu ~~ou não~~.

INCORRETA.

Art. 5º, XL, CF - a lei penal não retroagirá, **salvo para beneficiar o réu;**

e) ~~não poderá~~ restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

INCORRETA.

Art. 5º, LX - a lei **só poderá** restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

GABARITO A

46 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a CF, quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º), analise os itens abaixo e responda:

I. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal declaratória.

II. nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

III. é livre a manifestação do pensamento, sendo defeso o anonimato.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal ~~declaratória~~.

INCORRETA.

Art. 5º, LVII, CF - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

II. nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

CORRETA.

Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

III. é livre a manifestação do pensamento, sendo defeso o anonimato.

CORRETA.

Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Atenção! Alguns sinônimos de vedado: defeso – proibido – ilegal – ilícito.

GABARITO C

47 - (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Quanto à nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
- b) É privativo de brasileiro nato o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal.
- c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- d) Brasileiros natos não podem perder a nacionalidade.
- e) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território.

Comentário:

a) São brasileiros ~~naturalizados~~ os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.

INCORRETA.

Art. 12, CF. São brasileiros:

I - **natos:**

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

b) É privativo de brasileiro nato o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal.

INCORRETA. Apenas do Presidente do Senado Federal.

Art. 12, § 3º, CF. São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999\)](#)

Abaixo mnemônico:



c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

CORRETA.

Art. 12, § 4º, CF. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

d) Brasileiros natos ~~não~~ podem perder a nacionalidade.

INCORRETA.

Art. 12, § 4º, CF. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

II - **adquirir outra nacionalidade** (...)

e) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território.

INCORRETA.

Art. 12, § 4º, CF. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

II - adquirir outra nacionalidade, **salvo nos casos**: (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

a) **de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira**; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

b) **de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis**; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

GABARITO C

48 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federativa (CRFB/88), é correto afirmar que

a) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

b) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

d) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horário.

e) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

Comentário:

a) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

INCORRETA.

Art. 37, XIII, CF - é **vedada** a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

INCORRETA.

Art. 37, XII, CF - os vencimentos dos cargos do **Poder Legislativo** e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo **Poder Executivo**;

c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

INCORRETA.

Art. 37, XIV, CF - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

d) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horário.

INCORRETA.

Art. 37, XVI, CF - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) **a de dois cargos de professor**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

e) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a

habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

CORRETA.

Art. 37, § 13, CF - O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

GABARITO E

49 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal, são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos, exceto:

- a) salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- b) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- c) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- e) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Comentário:

Art. 7º, Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013)

a) salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

CORRETA.

Art. 7º, IV, CF - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

b) ~~proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.~~

INCORRETA. Segundo o parágrafo único do art. 7º, não se aplica aos trabalhadores domésticos.

Art. 7º, **XX**, CF - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

c) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

CORRETA.

Art. 7º, X, CF - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos

CORRETA.

Art. 7º, XV, CF - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

e) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

CORRETA.

Art. 7º, XXX, CF - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

GABARITO B

50 - (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Em relação às peculiaridades do cargo de servidor público, assinale a alternativa correta.

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial antes do trânsito em julgado.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.
- e) Como condição para a aquisição da estabilidade, é opcional a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Comentário:

a) São estáveis após ~~dois anos~~ de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

INCORRETA.

Art. 41, caput, CF. São estáveis após **três anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, ~~sem remuneração~~, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

INCORRETA.

Art. 41, § 3º, CF. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, **com remuneração proporcional ao tempo de serviço**, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial ~~antes do trânsito em julgado~~.

INCORRETA.

Art. 41, § 1º, CF. O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial **transitada em julgado**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.

CORRETA.

Art. 41, § 2º, CF. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

e) Como condição para a aquisição da estabilidade, é ~~opcional~~ a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

INCORRETA.

Art. 41, § 4º, CF. Como condição para a aquisição da estabilidade, é **obrigatória** a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

GABARITO D

51 - (5º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Herculano é cidadão estrangeiro residente no Brasil e buscou obter, administrativamente, informações relativas à sua pessoa constantes de arquivos da Prefeitura, mas está se recusou a fornecer as informações solicitadas. Nessa situação hipotética, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que Herculano

- a) poderá impetrar um *habeas data* para obter judicialmente as informações pretendidas.
- b) deverá ajuizar, pessoalmente, um mandado de segurança, sem a necessidade de advogado, para obter as informações.
- c) tem à sua disposição o mandado de injunção para buscar uma decisão judicial que lhe garanta o acesso às informações.
- d) deverá pedir a um brasileiro que, em seu nome, promova um pedido administrativo de certidão junto à Prefeitura.
- e) nada poderá fazer por ser cidadão estrangeiro, não podendo, portanto, ter acesso às informações pretendidas.

Comentário;

a) **CORRETA.** Art. 5º, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXII - conceder-se-á **"habeas-data"**:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

GABARITO A

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Aleksandro Evangelista foi processado criminalmente sob a acusação de cometimento de crime contra a administração pública e pelos mesmos fatos também foi demitido do cargo público que ocupava em determinada repartição. Entretanto, após alguns anos, conseguiu comprovar que não foi o autor dos fatos, tendo sido absolvido criminalmente na instância criminal. Posto isto, aponte a alternativa correta, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

a) Se a absolvição criminal aconteceu depois do prazo de interposição do recurso da decisão demissória proferida no processo administrativo, não será possível Aleksandro Evangelista valer-se da sentença criminal para buscar a anulação da demissão.

b) Como a responsabilidade administrativa é independente da criminal, a absolvição de Aleksandro Evangelista na justiça criminal em nada altera a decisão proferida na esfera administrativa.

c) A demissão é nula porque a Administração Pública não deveria ter processado administrativamente Aleksandro Evangelista e pronunciado decisão demissória antes do trânsito em julgado da sentença no processo criminal.

d) Aleksandro Evangelista poderá pedir o desarquivamento e a revisão da decisão administrativa que o demitiu, utilizando em seu favor como documento novo a sentença absolutória proferida no processo criminal.

e) Aleksandro Evangelista terá direito à reintegração ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, mediante simples comprovação do trânsito em julgado da decisão absolutória no juízo criminal.

Comentário:

e) Alessandro Evangelista terá direito à reintegração ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, mediante simples comprovação do trânsito em julgado da decisão absolutória no juízo criminal.

CORRETA.

LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado)

Das Responsabilidades

Artigo 250 - A **responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal** que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado, na forma dos arts. 247 e 248, o exame da pena disciplinar em que incorrer.

§ 1º - **A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal.** (NR)

§ 2º - **Será reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, o servidor absolvido pela Justiça, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão que negue a existência de sua autoria ou do fato que deu origem à sua demissão.** (NR)

§ 3º - O processo administrativo só poderá ser sobrestado para aguardar decisão judicial por despacho motivado da autoridade competente para aplicar a pena. (NR) - [§§ 1º ao 3º acrescentados pela Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003.](#)

GABARITO E

53 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público nos casos de

- a) procedimento irregular, de natureza grave;
- b) praticar insubordinação grave;
- c) abandono de cargo;
- d) ineficiência no serviço;
- e) aplicação indevida de dinheiros público;

Comentário:

a) ~~procedimento irregular, de natureza grave;~~

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

II - procedimento irregular, de natureza grave;

b) praticar insubordinação grave;

CORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 257 - Será aplicada a **pena de demissão a bem do serviço público** ao funcionário que:

IV - praticar insubordinação grave;

c) abandono de cargo;

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

I - abandono de cargo;

d) ineficiência no serviço;

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

III - ineficiência no serviço;

e) aplicação indevida de dinheiros público;

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

IV - aplicação indevida de dinheiros públicos;

GABARITO B

54 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 10.261/1968, quanto ao procedimento disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de multa, apenas.
- b) A sindicância deverá estar concluída no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado.
- d) A prova de antecedentes do acusado será feita exclusivamente por documentos, até as alegações finais.
- e) A demissão e a demissão a bem do serviço público acarretam a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público, pelo prazo 2 (dois) anos.

Comentário:

~~a) Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de multa, apenas.~~

INCORRETA. Pois não é apenas a pena de multa. Também por repreensão ou suspensão:

Artigo 269, da Lei n. 10.261/68 - Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar **as penas de repreensão, suspensão ou multa**. (NR)

~~b) A sindicância deverá estar concluída no prazo de 30 (trinta) dias.~~

INCORRETA.

Artigo 273, II, da Lei n. 10.261/68 - a sindicância deverá estar concluída no prazo de **60 (sessenta) dias**;

~~c) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado.~~

INCORRETA.

Artigo 277, da Lei n. 10.261/68 - O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de **8 (oito) dias** do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado. (NR)

~~d) A prova de antecedentes do acusado será feita exclusivamente por documentos, até as alegações finais.~~

CORRETA.

Artigo 283, § 2º, da Lei n. 10.261/68 - A prova de antecedentes do acusado será feita exclusivamente por documentos, até as alegações finais. (NR)

e) A demissão e a demissão a bem do serviço público acarretam a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público, pelo prazo 2 (dois) anos.

INCORRETA.

Artigo 307, parágrafo único, da Lei n. 10.261/68 - A **demissão** e a **demissão a bem do serviço público** acarretam a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público, pelo **prazo de 5 (cinco)** e **10 (dez) anos**, respectivamente. (NR)

GABARITO D

55 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante a Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), no que concerne aos recursos, analise as afirmativas a seguir e responda.

- I. Caberá recurso, por no máximo duas vezes, da decisão que aplicar penalidade.
- II. Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico.
- III. Caberá pedido de reconsideração, que poderá ser renovado, de decisão tomada pelo Governador do Estado em única instância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. Caberá recurso, por no máximo duas vezes, da decisão que aplicar penalidade.

INCORRETA.

Artigo 312, *caput*, da Lei n. 10.261/68 - Caberá recurso, **por uma única vez**, da decisão que aplicar penalidade. (NR)

II. Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico.

CORRETA.

Artigo 312, § 4º, da Lei n. 10.261/68 - Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico. (NR)

III. Caberá pedido de reconsideração, que ~~poderá~~ ser renovado, de decisão tomada pelo Governador do Estado em única instância, no prazo de 30 (trinta) dias.

INCORRETA.

Artigo 313 - Caberá pedido de reconsideração, que **não** poderá ser renovado, de decisão tomada pelo Governador do Estado em única instância, no prazo de 30 (trinta) dias. (NR)

GABARITO D

56 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 8.429/92, é correta a seguinte afirmação:

- a) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- b) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente em razão do serviço público está isento das cominações desta lei, ainda que o falecido tenha deixado herança.
- d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia não são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de impessoalidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- e) As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie, salvo de forma indireta.

Comentário:

a) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

CORRETA.

Art. 6º, da Lei n. 8.429/92 - No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

b) ~~Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.~~

INCORRETA.

Art. 5º, da Lei n. 8.429/92 - Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, **dolosa ou culposa**, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente em razão do serviço público ~~está isento das cominações desta lei, ainda que o falecido tenha deixado herança.~~

INCORRETA.

Art. 8º, da Lei n. 8.429/92 - O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente **está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.**

d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia não são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de impessoalidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

INCORRETA.

Art. 4º, da Lei n. 8.429/92 - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia **são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade** no trato dos assuntos que lhe são afetos.

e) As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie, ~~salvo de forma indireta.~~

INCORRETA.

Art. 3º, da Lei n. 8.429/92 - As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta **ou indireta.**

GABARITO A

57 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

- a) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.
- b) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- c) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Comentário:

~~a) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.~~

INCORRETA.

Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa **importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

~~b) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.~~

INCORRETA.

Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa **importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

c) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

CORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa **que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

~~d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.~~

INCORRETA.

Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa **importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

IX - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

~~e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.~~

INCORRETA.

Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa **importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

GABARITO C

58 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, analise os itens abaixo e responda.

I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença declaratória.

III. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

CORRETA.

Art. 19, da Lei n. 8.429/92. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença ~~declaratória~~.

INCORRETA.

Art. 20, da Lei n. 8.429/92. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença **condenatória**.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

III. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

CORRETA.

Art. 18, da Lei n. 8.429/92. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

GABARITO B

59 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

b) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

d) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

e) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

Comentário:

~~a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa **que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

~~b) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa **que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

III - doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

~~c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa **que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

~~d) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa **que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades** referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

e) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

CORRETA.

Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa **importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades** mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

GABARITO E

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

60 – **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com as normas da Corregedoria Geral de Justiça, é vedada na escrituração, exceto:

- a) a utilização de borracha ou raspagem por outro meio mecânico,
- b) a assinatura de atos ou termos em branco, total ou parcialmente.
- c) a utilização de chancela, ou de qualquer recurso que propicie a reprodução mecânica da assinatura do juiz.
- d) anotações de “sem efeito”
- e) a utilização de corretivo, detergente ou outro meio químico de correção.

Comentário

d) anotações de “sem efeito”

CORRETA. As Anotações de “sem efeito” não são vedadas. Na verdade, elas devem ser evitadas. Caso estritamente necessárias, tais anotações devem ser sempre datadas e autenticadas com a assinatura de quem as haja lançado nos autos:

Art. 81. Na escrituração serão evitadas as seguintes práticas:

- I - entrelinhas, erros de digitação, omissões, emendas, rasuras ou borrões;
- II - anotações de “sem efeito”;
- III - anotações a lápis nos livros e autos de processo, mesmo que a título provisório.

(...)

§ 2º As anotações previstas no inciso II, quando estritamente necessárias, sempre serão datadas e autenticadas com a assinatura de quem as haja lançado nos autos.

Demais alternativas tratam de práticas vedadas pelo art. 82:

Art. 82. Na escrituração é vedada:

I - a utilização de borracha ou raspagem por outro meio mecânico, bem como a uso de corretivo, detergente ou outro meio químico de correção;

II - a assinatura de atos ou termos em branco, total ou parcialmente;

III - a utilização de abreviaturas, abreviações, acrônimos, siglas ou símbolos, excetuando-se as formas consagradas pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras, as adotadas por órgãos oficiais e as convencionadas por determinada área do conhecimento humano;

IV - a utilização de chancela, ou de qualquer recurso que propicie a reprodução mecânica da assinatura do juiz.

GABARITO D

61 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto à ordem dos serviços dos processos em geral, é correto afirmar que:

- a) É vedado aos órgãos de justiça receber e juntar petições que não tenham sido encaminhadas pelo setor de protocolo, em qualquer hipótese.
- b) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.
- c) A conclusão dos autos ao juiz será efetuada mensalmente, sem limitação de número.
- d) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 60 (sessenta) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a órgãos ou requisições, providências das partes etc.).
- e) Para a juntada, na mesma oportunidade, de duas ou mais petições ou documentos, será confeccionado um termo para cada petição ou documento a ser juntado.

Comentário

a) É vedado aos órgãos de justiça receber e juntar petições que não tenham sido encaminhadas pelo setor de protocolo, em qualquer hipótese.

INCORRETA. Há duas exceções:

Art. 92. É vedado aos órgãos de justiça receber e juntar petições que não tenham sido encaminhadas pelo setor de protocolo, **salvo**:

I – quanto às petições de requerimento de juntada de procuração ou de substabelecimento **apresentadas pelo interessado diretamente ao órgão de justiça**, caso em que o termo de juntada mencionará esta circunstância;

II – quando houver, em cada caso concreto, **expressa decisão fundamentada do juiz** do feito dispensando o protocolo no setor próprio.

b) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

CORRETA. É o que estabelece o § 2º do art. 93:

Art. 93 (...)

§ 2º É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

c) A conclusão dos autos ao juiz será efetuada mensalmente, sem limitação de número.

INCORRETA. É feita diariamente:

Art. 98 (...)

§ 5º A conclusão dos autos ao juiz será efetuada **diariamente**, sem limitação de número.

d) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 60 (sessenta) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

INCORRETA. O prazo é de 30 dias!!!

Art. 99. Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de **30 (trinta) dias**, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

e) Para a juntada, na mesma oportunidade, de duas ou mais petições ou documentos, será confeccionado um termo de juntada para cada petição ou documento.

INCORRETA. Será confeccionado um único termo de juntada com a relação das peças:

Art. 93 (...)

§ 1º Para a juntada, na mesma oportunidade, de duas ou mais petições ou documentos, será confeccionado **um único termo** de juntada com a relação das peças.

GABARITO B

62 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A requerimento escrito do credor, tratando-se de decisão judicial, transitada em julgado, que reconheça a existência de obrigação de pagar quantia certa ou alimentos, expedir-se-á certidão de teor da decisão para fins de protesto extrajudicial. Tal certidão deverá ser expedida no prazo de:

- a) 2 dias
- b) 5 dias.
- c) 3 dias.
- d) 10 dias
- e) 15 dias.

Comentário

3 dias é a resposta correta:

Art. 104-A. A requerimento escrito do credor, tratando-se de decisão judicial, transitada em julgado, que reconheça a existência de obrigação de pagar quantia certa ou alimentos, **expedir-se-á certidão de teor da decisão para fins de protesto extrajudicial**, a qual deverá indicar: **(Alterado pelo Provimento CG Nº 26/2019)**

(...)

§ 1º As certidões serão expedidas **no prazo de três (03) dias**, contados da data do recebimento do respectivo pedido pelo ofício de justiça.

<i>Na Seção X, “Das Certidões”, nós temos 3 espécies de certidões com diferentes prazos para a sua expedição:</i>	
Art. 104, § 2º: certidão genérica	5 DIAS CORRIDOS
Art. 104, § 3º: certidão de objeto e pé	5 DIAS ÚTEIS
Art. 104-A: certidão para fins de protesto judicial	3 DIAS CORRIDOS

GABARITO C

63 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à carta precatória, assinale a alternativa correta.

- a) A carta precatória será confeccionada em 2 (duas) vias, servindo, uma delas, de contrafé.
- b) Exclusivamente em matéria criminal e de Infância e Juventude para atos infracionais, se a ordem judicial puder ser cumprida na forma remota, o ato não será deprecado, salvo na hipótese de tentativa frustrada de cumprimento remoto ou na hipótese do art. 995, § 10, NSCGJ.
- c) É vedada a retirada da carta cumprida junto ao juízo deprecado, para a entrega ao juízo deprecante.
- d) É vedada a transmissão da carta precatória por fac-símile (fax), telegrama, telefone, radiograma ou correio eletrônico (e-mail), ainda que haja urgência.
- e) As cartas precatórias serão autuadas pelos órgãos de justiça.

Comentário

a) A carta precatória será confeccionada em 2 (duas) vias, servindo, uma delas, de contrafé.

INCORRETA. São 3 vias:

Art. 122. A carta precatória será confeccionada em **3 (três) vias**, servindo, uma delas, de contrafé.

b) Exclusivamente em matéria criminal e de Infância e Juventude para atos infracionais, se a ordem judicial puder ser cumprida na forma remota, o ato não será deprecado, salvo na hipótese de tentativa frustrada de cumprimento remoto ou na hipótese do art. 995, § 10, NSCGJ.

CORRETA. É que estabelece o art. 122, § 3º, acrescentado pelo Provimento CG n. 30/2020:

Art. 122 (...)

§ 3º **Exclusivamente em matéria criminal e de Infância e Juventude para atos infracionais, se a ordem judicial puder ser cumprida na forma remota, o ato não será deprecado, salvo na hipótese de tentativa frustrada de cumprimento remoto ou na hipótese do art. 995, § 10, NSCGJ.** Não se aplica esta vedação aos atos de matéria cível, e aqueles a serem cumpridos em outro Estado da Federação ou por outro Tribunal; e também aos atos que devam ser cumpridos presencialmente para viabilizar ato posterior remoto (por exemplo: intimação presencial de testemunha que será ouvida remotamente em teleaudiência). (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 30/2020)

c) ~~É vedada~~ a retirada da carta cumprida junto ao juízo deprecado, para a entrega ao juízo deprecante.

INCORRETA. Pois é permitida, , desde que nela conste o nome do advogado da parte que tiver interesse no cumprimento do ato, com o número da respectiva inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 128:

Art. 128. **É permitida** a retirada da carta cumprida junto ao juízo deprecado, para a entrega ao juízo deprecante, desde que nela conste o nome do advogado da parte que tiver interesse no cumprimento do ato, com o número da respectiva inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

d) É vedada a transmissão da carta precatória por fac-símile (fax), telegrama, telefone, radiograma ou correio eletrônico (e-mail), ~~ainda que haja urgência.~~

INCORRETA. Havendo urgência, é permitido sim:

Art. 130. **Havendo urgência, transmitir-se-á a carta precatória por fac-símile (fax), telegrama, telefone, radiograma ou correio eletrônico (e-mail),** observando-se as cautelas previstas nos arts. 264 e 265 do Código de Processo Civil e nos arts. 354 e 356 do Código de Processo Penal.

e) As cartas precatórias ~~serão autuadas~~ pelos ofícios de justiça.

INCORRETA. Pois as cartas precatórias não serão autuadas:

Art. 125. **As cartas precatórias não serão autuadas,** servindo os encartes remetidos pelo juízo deprecante como face das mesmas, sobre os quais o ofício de justiça deprecado afixará a etiqueta adesiva remetida pelo ofício do distribuidor, que servirá de identificação das partes e da natureza do feito, cuidando também anotar no alto, à direita, o número do processo.

GABARITO B

64 – **(5º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderão os advogados ou estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido constituídos procuradores de quaisquer das partes, retirar os autos para cópia, pelo período de:

- a) 30 minutos.
- b) 1 hora.
- c) 1 hora e meia.
- d) 2 horas.
- e) 3 horas.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 158 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, que dispõe sobre a carga rápida pelo período de 1 hora:

Art. 158. Para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderão os advogados ou estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido constituídos procuradores de quaisquer das partes, retirar os autos para cópia, **pelo período de 1 (uma) hora,** mediante controle de movimentação física, devendo o serventário consultar ao sítio da Ordem dos Advogados do Brasil da Internet, à vista da Carteira da OAB apresentada pelo advogado ou estagiário de Direito interessado, com impressão dos dados

obtidos, os quais serão conferidos pelo servidor antes da entrega dos autos, observadas, ainda, as demais cautelas previstas para a carga rápida, conforme o disposto no art. 165.

Parágrafo único. **A carga rápida de que trata este artigo** também será concedida **à pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados**, não sendo dispensada a consulta ao sítio da Ordem dos Advogados do Brasil dos dados referentes ao advogado ou sociedade de advogados que autorizar a retirada dos autos. **O preposto** deverá apresentar, além da autorização prevista no § 7º do artigo 272 do Código de Processo Civil, o respectivo documento de identidade.

GABARITO B

ATUALIDADES

65 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em apoio à Fundação Nacional do Índio (Funai), na Terra Indígena Enawenê-Nawê, em Mato Grosso.

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/07/governo-autoriza-emprego-da-forca-nacional-em-apoio-a-funai-no-mato-grosso>

A medida acima visa

- a) reunir doações de produtos e fundos para comunidades e aldeias, mais vulneráveis a infecções respiratórias.
- b) a ações de preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio, nas barreiras previstas no “Plano de Barreiras Sanitárias para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato”.
- c) a ação de reintegração de posse de parte da Reserva Biológica Estadual do Sassafrás.
- d) promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas.
- e) coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contratados.

Comentário:

A medida visa **a ações de preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio, nas barreiras previstas no “Plano de Barreiras Sanitárias para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato”**. A atuação será até o dia 31 de agosto de 2021.

Governo autoriza emprego da Força Nacional em apoio à Funai no Mato Grosso

Medida reforça apoio em barreiras sanitárias na Terra Indígena Enawenê-Nawê

Publicado em 07/07/2021 11h05

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)



Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em apoio à Fundação Nacional do Índio (Funai), na Terra Indígena Enawenê-Nawê, em Mato Grosso.

A medida visa a **ações de preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio**, nas barreiras previstas no "Plano de Barreiras Sanitárias para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato". A atuação será até o dia **31 de agosto de 2021**.

GABARITO B

66 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O incêndio florestal Caldor, cresceu 24 vezes seu tamanho em dois dias, forçando 10.000 moradores deste estado norte-americano a deixarem suas casas.

Alimentado pelo vento e pela seca, o fogo que queima o condado de El Dorado aumentou para 25,3 mil hectares na quarta-feira e está 0% contido, de acordo com Departamento Florestal e de Incêndios (Cal Fire). O incêndio começou no sábado (21) e a causa é desconhecida.

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/incendio-florestal-aumenta-24-vezes-em-2-dias-milhares-deixam-casas/>adaptada

O incêndio florestal Caldor ocorreu no estado

- a) da Califórnia.
- b) de Nova York.
- c) do Arizona.
- d) de Massachusetts.
- e) de Nevada.

Comentário:

O incêndio florestal Caldor ocorre no estado **da Califórnia**.

Califórnia: Incêndio florestal aumenta 24 vezes em 2 dias; milhares deixam casas

Chamas do Caldor já atingiram 25,3 mil hectares e seguem completamente fora do controle dos bombeiros



Incêndio florestal Caldor, na Califórnia, já destruiu mais de 25 mil hectares
Foto: Ethan Swope - 18.ago.2021/AP

Aya Elamroussi, da CNN

19/08/2021 às 12:53

Compartilhe:



GABARITO A

67 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Os Estados Unidos, a União Europeia e os países aliados da OTAN acusaram nesta segunda-feira o governo de ter orquestrado uma campanha global de ataques cibernéticos que inclui o hackeamento, no começo deste ano, do servidor de e-mails da Microsoft, que são utilizados por empresas e governos de todo o mundo e também foco de grupos cibercriminosos.

<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-19/eua-ue-e-otan-acusam-de-lancar-campanha-global-de-ataques-ciberneticos.html>-adaptada

De acordo com a notícia, qual é o país acusado:

- a) Coreia do Norte.
- b) Rússia.
- c) China.
- d) Afeganistão.
- e) Japão.

Comentário:

O país acusado é a **China**.

EUA, UE e OTAN acusam China de lançar campanha global de ataques cibernéticos

Washington afirma que o servidor de e-mail da Microsoft está entre os alvos pirateados com apoio de Pequim



AMANDA MARS 
Washington - 19 JUL 2021 - 12:17 GMT-3



Filial da Microsoft de Pequim, em agosto de 2020. NG HAN GUAN / AP

GABARITO C

68 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Epicentro do escândalo de espionagem que implicou dezenas de países e figuras públicas - incluindo do primeiro escalão da política global.

O Pegasus, um spyware de uso militar licenciado pelo Grupo NSO a governos para rastrear terroristas e criminosos, foi usado em ao menos dez países para espionar celulares pertencentes a jornalistas, ativistas de direitos humanos e executivos de todo o mundo, de acordo com um investigação realizada por um consórcio de imprensa formado por jornais como o The Washington Post, The Guardian e Le Monde.

O esquema foi revelado na terceira semana de junho, e desde então novos fatos começaram a vir à tona. A situação é ainda mais sensível com a França, uma vez que a lista de espionados incluiria números de celular do presidente Emmanuel Macron, do ex-primeiro-ministro Edouard Philippe e de 14 membros do governo, como o chefe da diplomacia, Jean-Yves Le Drian, segundo a imprensa francesa. Um serviço de inteligência marroquino teria usado o spyware.

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/07/30/interna_internacional,1291283/fecha-o-cerco-ao-fabricante-do-spyware-pegasus.shtml-adaptada

De acordo com a notícia, qual país começa a fechar o cerco contra o Grupo NSO, proprietária do spyware Pegasus?

- a) China.
- b) Estados Unidos.
- c) Japão.
- d) Israel.
- e) Índia.

Comentário:

Representantes oficiais do governo **israelense** estiveram em escritórios da empresa na quarta-feira, segundo o Ministério da Defesa do país.

INTERNACIONAL

Israel fecha o cerco ao fabricante do spyware Pegasus



Estação Conteúdo
30/07/2021 08:02

COMPARTILHE



OUVIR

Epicentro do escândalo de espionagem que implicou dezenas de países e figuras públicas - incluindo do primeiro escalão da política global -, Israel começa a fechar o cerco contra o Grupo NSO, proprietária do spyware Pegasus. Representantes oficiais do governo israelense estiveram em escritórios da empresa na quarta-feira, segundo o Ministério da Defesa do país.

69 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O bilionário fundador do grupo Virgin, decolou na manhã deste domingo (11) do Novo México, nos Estados Unidos, a bordo do foguete VSS Unity, da sua própria empresa de astro-turismo Virgin Galactic Holding Inc, para um breve voo espacial. O lançamento ocorreu às 12h25 (horário de Brasília) e o pouso, às 12h41.

A viagem contou com dois pilotos e quatro "especialistas da missão", com o bilionário sendo um dos passageiros. O breve voo suborbital terminou onde começou, em uma pista do Spaceport America - o primeiro espaçoporto projetado para fins comerciais, construído em 2011, também pelo empresário.

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/07/11/voo-virgin.ghtml>-adaptada

De acordo com a notícia, quem é o bilionário que foi ao espaço em um foguete de sua própria empresa?

- a) Richard Branson.
- b) Jeff Bezos.
- c) Elon Musk.
- d) Warren Buffett.
- e) Colin Zheng Huang.

Comentário:

O bilionário **Richard Branson** vai ao espaço em foguete da sua empresa Virgin Galactic; voo durou cerca de 20 minutos.

Bilionário Richard Branson vai ao espaço em foguete da sua empresa Virgin Galactic; voo durou cerca de 20 minutos

Fundador do grupo Virgin se antecipou a Jeff Bezos, da Amazon, e se torna o primeiro empresário a voar em uma espaçonave desenvolvida com fins comerciais.

Por G1

11/07/2021 12h19 - Atualizado há um mês



GABARITO A

70 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 13.146/2015, no concerne à avaliação de deficiência, analise as afirmativas a seguir e responda.

- I. O Poder Judiciário criará instrumentos para avaliação de deficiência.
- II. Não levará em conta fatores socioambientais.
- III. Quando necessária, será biopsicossocial.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. O Poder Judiciário criará instrumentos para avaliação de deficiência.

INCORRETA.

Art. 2º, §2º, da Lei n. 13.146/2015 - O **Poder Executivo** criará instrumentos para avaliação da deficiência. (Vide Lei nº 13.846, de 2019) (Vide Lei nº 14.126, de 2021)

II. Não levará em conta fatores socioambientais.

INCORRETA.

Art. 2º, §1º, da Lei n. 13.146/2015 - § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e **considerará:** (Vigência)

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - **os fatores socioambientais**, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

III. Quando necessária, será biopsicossocial.

CORRETA.

Art. 2º, §1º, da Lei n. 13.146/2015 - § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência)

GABARITO D

MATEMÁTICA

71 - (5º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A tabela apresenta o número de pessoas que visitaram certa biblioteca, em alguns dias da semana anterior:

Dia da semana	Número de visitantes
Segunda-feira	–
Terça-feira	470
Quarta-feira	380
Quinta-feira	450
Sexta-feira	–

Sabendo-se que o número de visitantes na sexta-feira, comparado ao número de visitantes na segunda-feira, foi maior em 10%, e que, no período em questão, o número médio de visitantes foi de 470 pessoas, é correto afirmar que, na sexta-feira, o número de visitantes superou o número de visitantes da segunda-feira em

- a) 90 pessoas.
- b) 80 pessoas.
- c) 70 pessoas.
- d) 60 pessoas.
- e) 50 pessoas.

Comentário:

Inicialmente vamos considerar "**x**" o número de visitantes da **segunda-feira**.

Adiante, sabemos que na **sexta-feira** a quantidade foi maior em **10%** (0,1), isto é, $x + 0,1 = 1,1x$.

Sabemos que a **média** de visitantes corresponde a **470**, ao passo que esse número condiz somando todos os visitantes e dividindo pelos **dias (5) da semana** conforme a tabela:

$$\frac{x+470+380+450+1,1x}{5} = 470$$

$$x + 470 + 380 + 450 + 1,1x = 2350$$

$$x + 1300 + 1,1x = 2350$$

$$2,1x = 2350 - 1300$$

$$2,1x = 1050$$

$$x = \frac{1050}{2,1}$$

$$x = 500$$

Já sabemos que a diferença de visitantes entre segunda e sexta foi de 10%, mas vamos ilustrar subtraindo a quantidade de visitantes de sexta-feira com a quantidade de pessoas de segunda-feira.

$$1,1x - x = 0,1$$

Por fim, basta multiplicarmos a diferença de sexta-feira com a média semanal.

$$0,1 \cdot 500 = 50$$

O número de visitantes superou o número de visitantes da segunda-feira em **50 pessoas**.

GABARITO E

72 - (5º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A soma dos pesos de todos pacotes no interior de um elevador é de 362,8 quilogramas. Se cada um dos pacotes pesasse 850 gramas a mais, o peso total passaria a ser 395,1 quilogramas. Assim, é correto afirmar que o número total de pacotes é

- a) 38.
- b) 40.
- c) 45.
- d) 50.
- e) 55.

Comentário:

Organizando as informações do enunciado, vamos considerar:

Total de pacotes no interior de um elevador = x

Peso de cada pacote = y

O problema expõe que a soma dos pesos dos " x " pacotes no elevador era **362,85 kg**. Isto é,

$$x \cdot y = 362,8kg$$

Adiante, é mencionado que **cada pacote** pudesse pesar **850 gramas a mais**, sendo o **peso total 395,1 kg**.

Para continuarmos é essencial que convertemos a unidade de medida de g (grama) para quilograma (kg), $1000\text{ g} = 1\text{ kg}$, logo, $850 \div 1000 = 0,85\text{ kg}$.

Vamos montar nossa equação:

$$x \cdot (y + 0,85) = 395,1$$

$$xy + 0,85x = 395,1$$

Como sabemos o valor de " xy " vamos substituir:

$$362,8 + 0,85x = 395,1$$

$$0,85x = 395,1 - 362,8$$

$$0,85x = 32,3$$

$$x = \frac{32,3}{0,85}$$

$$x = 38$$

É correto afirmar que o número total de pacotes é **38**.

GABARITO A

73 - (5º Simulado Geral. 2021. Outras. Adaptada) Um empresário contratou um empréstimo pagando uma taxa de juros simples de 6% ao mês durante nove meses. Ao final deste período, calculou em R\$ 540.000,00 o total dos juros incorridos. O valor tomado em empréstimo foi de

- a) R\$ 1.000.000,00.
- b) R\$ 1.080.000,00.
- c) R\$ 1.200.000,00.
- d) R\$ 960.000,00.
- e) R\$ 1.540.000,00

Comentário:

Inicialmente vamos organizar as informações do enunciado:

J (juros) = R\$540.000,00

C (capital) = ?

i (taxa de juros) = 6% a.m. ($6 \div 100 = 0,06$)

n (período) = 9 meses

Basta aplicarmos a fórmula dos juros simples:

$$J = C \cdot i \cdot n$$

$$540.000,00 = C \cdot 0,06 \cdot 9$$

$$540.000,00 = C \cdot 0,54$$

$$C = 540.000,00 \div 0,54$$

$$C = \mathbf{R\$1.000.000,00}$$

GABARITO A

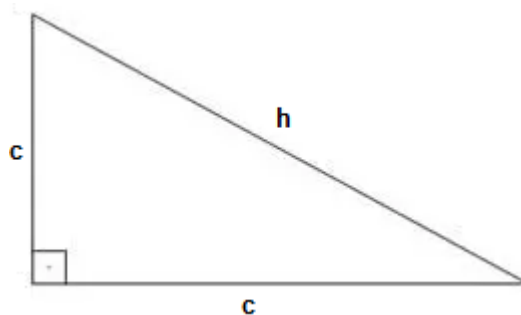
74 - (5º Simulado Geral. 2020. Vunesp) De um terreno no formato de triângulo retângulo, sabe-se que o maior e o menor lados medem 25 metros e 15 metros, respectivamente. A medida do terceiro lado desse terreno é igual a

- a) 19,5 metros.
- b) 20,0 metros.
- c) 20,5 metros.
- d) 21,0 metros.
- e) 21,5 metros.

Comentário:

Questão relativamente simples, basta analisarmos com atenção o enunciado.

- A primeira informação que vamos destacar é que o terreno tem a forma de um triângulo retângulo.



- A segunda informação é que o maior lado mede 25 metros, isto é, estamos falando da hipotenusa.
- A terceira informação se refere ao menor lado que mede 15 metros, ou seja, um dos catetos.

Por fim, vamos aplicar o Teorema de Pitágoras para deslindar a medida do outro lado (cateto):

$$h^2 = c^2 + c^2$$

$$25^2 = b^2 + 15^2$$

$$625 = b^2 + 225$$

$$625 - 225 = b^2$$

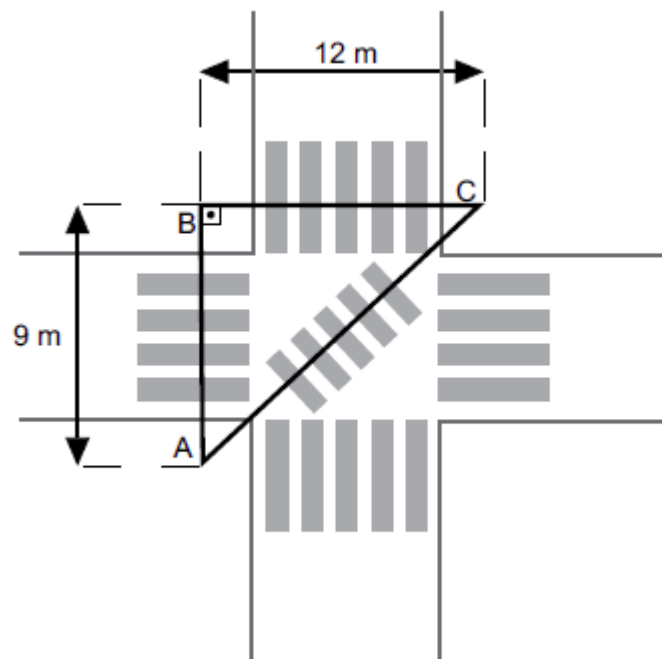
$$400 = b^2$$

$$b = \sqrt{400}$$

$$b = 20 \text{ metros}$$

GABARITO B

75 - (5º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Em um cruzamento de ruas, um pedestre deseja se deslocar do ponto A para o ponto C, conforme ilustra a figura a seguir:



Considerando que o triângulo ABC é retângulo em B, a razão entre o deslocamento feito diretamente de A para C, pela faixa transversal, e o deslocamento feito passando por B, pelas faixas laterais, é

- a) $1/2$.
- b) $3/5$.
- c) $2/3$.
- d) $5/7$.
- e) $4/7$.

Comentário:

Vamos organizar as informações:

O triângulo ABC é retângulo de catetos que medem 9 cm e 12 cm.

Agora, vamos aplicar o Teorema de Pitágoras:

$$h^2 = c^2 + c^2$$

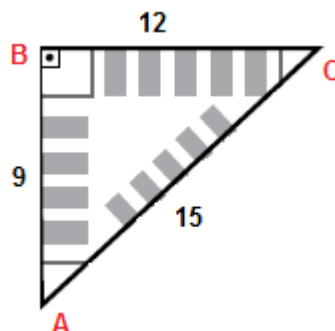
$$h^2 = 9^2 + 12^2$$

$$h^2 = 81 + 144$$

$$h^2 = 225$$

$$h = \sqrt{225}$$

$$h = 15$$



O deslocamento do ponto “A” para o ponto “C” corresponde a **15 metros**.

O deslocamento do ponto “A, passando por “B” e chegando ao “C” corresponde à $9 + 12 = \mathbf{21}$ metros.

Concluimos que a razão entre os deslocamentos é de:

$$\frac{15}{21} \quad \text{simplificando por 3 temos} \quad \frac{5}{7}$$

GABARITO D

76 - (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Sabendo-se que 4 operários fazem a limpeza de certo terreno em 45 minutos, ao todo, quanto tempo 3 operários demorariam para fazer a limpeza desse mesmo terreno?

- a) 30 min.
- b) 40 min.
- c) 50 min.
- d) 1h.
- e) 1h 10 min.

Comentário:

Organizando as informações do enunciado temos:

Tempo	Operários
45	4
x	3

Constatamos que as grandezas se correlacionam de maneira inversamente proporcional, visto que o maior número de operários, deve fazer em um tempo menor a limpeza.

Invertendo as grandezas vamos aplicar a regra de três:

Tempo	Operários
x	4
45	3

$$x \cdot 3 = 45 \cdot 4$$

$$3x = 180$$

$$x = 180 \div 3$$

$$x = 60 \text{ minutos}$$

Como não temos a alternativa correspondente devemos converter a unidade de medida 60 minutos é o mesmo que 1 hora.

GABARITO D

77 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Para maior segurança com as informações de uma Assembleia Legislativa, computadores de deputados serão configurados para bloquearem automaticamente o acesso, assim que o usuário se afastar do computador com o seu telefone celular.

Considerando que os deputados têm computadores com a versão mais atual do Windows 10, em português e Bluetooth, para realizar essa configuração, a equipe de assistência de informática precisa

- A) alterar a política de senha para complexa, acessando a configuração de senhas do sistema.
- B) selecionar a opção de bloqueio dinâmico, nas opções de entrada da configuração de contas, na configuração do Windows.
- C) configurar a opção PIN do Windows hello, nas opções de entrada da configuração de contas do sistema operacional.
- D) alterar as opções de acesso e bloqueio para controle por chave de segurança física.
- E) escolher, na opção de administração de dispositivos, a rede local de conexão e o dispositivo bluetooth desejado.

Comentário

O Bloqueio dinâmico é uma função do Windows 10 que utiliza o pareamento via Bluetooth com um celular para determinar quando o usuário está perto ou não computador. Assim, é possível detectar quando o usuário está longe do computador, bloqueando-o.

Segundo o suporte da Microsoft:

Bloquear seu computador Windows 10 automaticamente quando você se afastar dele

Windows 10

O Windows pode usar dispositivos que são emparelhados com o computador para ajudar a detectar quando você está ausente e bloquear seu computador logo depois que seu dispositivo emparelhado sair do alcance do Bluetooth. Isso torna mais difícil para alguém ter acesso ao seu dispositivo se você sair do computador e esquecer de bloqueá-lo. Siga estas etapas para configurar as coisas:

1. Use o Bluetooth para emparelhar seu telefone com seu computador. [Saiba como emparelhar dispositivos usando o Bluetooth](#)
2. No computador Windows 10, selecione o botão **Iniciar**  > **Configurações**  > **Contas** > **Opções de entrada**.
3. Em **Bloqueio dinâmico**, marque a caixa de seleção **Permitir que o Windows bloqueie automaticamente seu dispositivo quando você estiver ausente**.
4. Leve seu telefone com você quando se afastar do computador, e ele bloqueará automaticamente o computador aproximadamente um minuto depois que você estiver fora do alcance do Bluetooth. (Observe que o alcance do Bluetooth varia de acordo com cada dispositivo.)

78 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Um técnico utilizando um computador com o sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão para a língua portuguesa, seleciona o botão Visão de Tarefas, presente na Barra de Tarefas. Esse botão

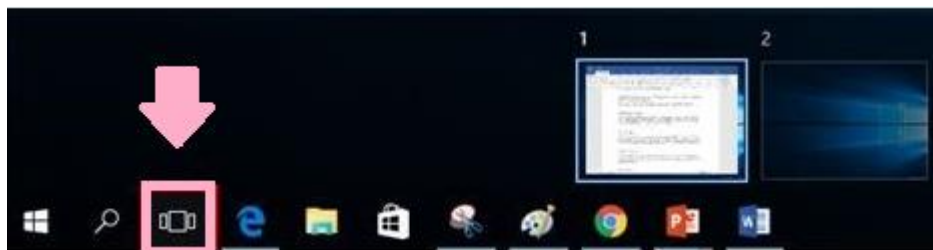
- A) amplia o texto e imagens da tela, facilitando a sua visualização.
- B) apresenta, na forma de gráfico, o uso dos principais recursos do computador pelas tarefas (CPU, memória, rede etc.).
- C) apresenta uma tabela com todas as tarefas que o sistema operacional pode executar.
- D) exibe a relação de tarefas que o sistema operacional está executando no momento.
- E) permite visualizar as janelas que estão abertas nesse momento.

Comentário

“No Windows 10, você pode acessar a Visão de Tarefas, uma espécie de visualização panorâmica do sistema na qual é possível **pré-visualizar todas as janelas abertas naquele momento**. Para acessar esta modalidade, utilize o atalho Tecla do Windows + Tab.

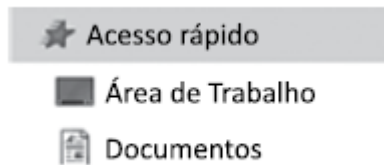
Ao acessar este menu, você pode adicionar novas áreas de trabalho virtuais ao sistema. Ou seja, é possível ter diversas Áreas de trabalho funcionando simultaneamente dentro do Windows 10, ideal para organizar melhor o seu conteúdo quando muitas coisas precisam ficar abertas ao mesmo tempo.”

Fonte: Canaltech



GABARITO E

79 – (5º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Um usuário, por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração original, e com as permissões necessárias, abre a pasta raiz de um pendrive conectado a seu computador. Em seguida, clica com o botão principal do mouse sobre um dos arquivos da pasta e, mantendo o botão pressionado, arrasta o arquivo selecionado para cima da posição Área de Trabalho, na seção de Acesso rápido (conforme a imagem a seguir), soltando o botão do mouse.



A operação descrita no enunciado resultará em

- A) copiar o arquivo selecionado para a Área de Trabalho.
- B) exibir o conteúdo do arquivo na Área de Trabalho.
- C) mover o arquivo selecionado para a Área de Trabalho.
- D) excluir o arquivo selecionado.
- E) enviar o arquivo selecionado para a Lixeira.

Comentário

Questão clássica da Vunesp!

Decore o esquema para não errar na prova:

Quando arrastamos o arquivo com o botão esquerdo do mouse, podemos ter as seguintes possibilidades:

Arrastar + ALT	CRIA UM ATALHO
Arrastar entre unidades diferentes	COPIA
Arrastar na mesma unidade	MOVE
Arrastar na mesma unidade + CTRL	COPIA
Arrastar entre unidades diferentes + SHIFT	MOVE

No caso da nossa questão, o arquivo foi arrastado do pen-drive para a área de trabalho, ou seja, entre unidades diferentes, de forma que o arquivo foi COPIADO.

GABARITO A

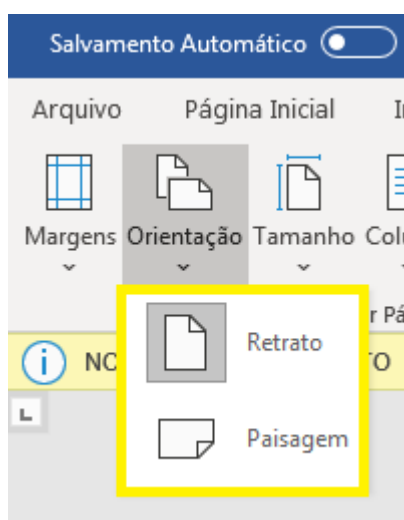
80 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) A questão a seguir se refere ao Microsoft Word 2016, em português.

Na guia Layout são disponibilizadas diversas configurações de página para personalizar o documento no qual o usuário está trabalhando. Quantos dos seguintes itens apresentam Orientações de página disponíveis em menu suspenso específico dessa natureza? I. Estreita; II. Paisagem; III. Normal; IV. Espelhada; V. Retrato.

- A) Apenas 1 deles.
- B) Apenas 2 deles.
- C) Apenas 3 deles.
- D) Apenas 4 deles.
- E) Todos os 5.

Comentário

Temos apenas 2 estilos de orientações de página: Retrato ou Paisagem:



GABARITO B

81 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras. Adaptada) O MS-Word 2016, em português e em sua configuração padrão, tem um recurso chamado “Modo de Leitura” que ajuda o usuário no seu trabalho diário. O Modo de Leitura ajusta automaticamente o layout da página ao seu dispositivo, usando colunas e tamanhos maiores de fonte, o que você poderá ajustar. Analise as alternativas e assinale a que representa, na faixa de opção, o nome da ABA que fica localizado o recurso “Modo de Leitura”.

A) Inserir.

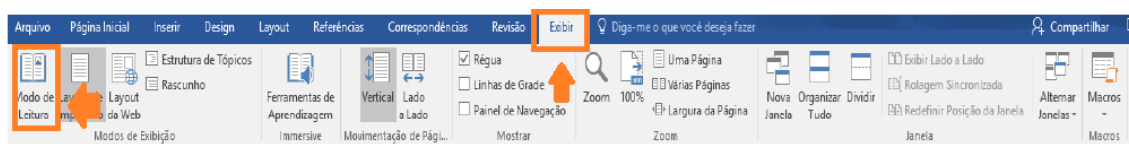
B) Design.

C) Layout.

D) Exibir.

E) Revisão

Comentário



GABARITO D

82 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) No MS Word, é possível, em um documento em edição, atribuir ao texto e a títulos das partes, capítulos ou itens, uma configuração padrão, como numeração, tamanho e tipo da fonte. Essa função está disponível na opção da guia Página Inicial do Word

A) Fonte.

B) Numeração.

C) Layout da página.

D) Estilos.

E) Parágrafo.

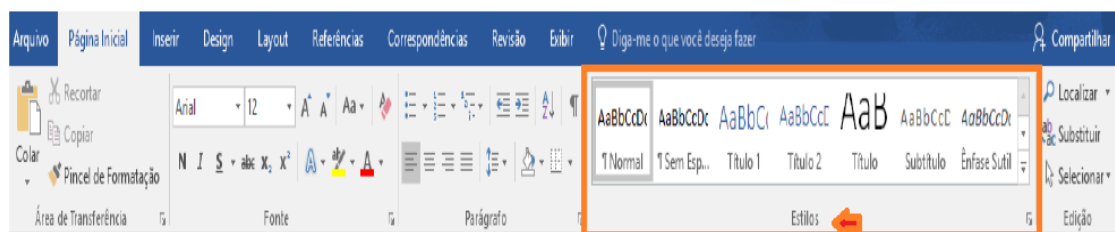
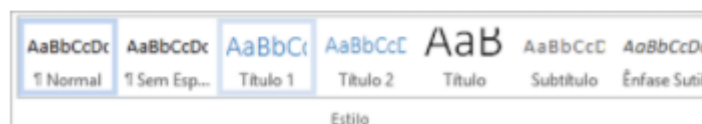
Comentário

A função descrita no enunciado se refere a Aba “Estilos”.

Segundo o suporte da Microsoft:

Você pode usar estilos para aplicar rapidamente um conjunto de opções de formatação consistentemente em todo o documento. Se você quiser opções de formatação que não estão disponíveis nos estilos e temas integrados disponíveis no Word, você pode modificar um estilo existente e personalizá-lo para atender às suas necessidades. Você pode alterar a formatação (como tamanho da fonte, cor e recuo de texto) em estilos aplicados a títulos, títulos, parágrafos, listas e assim por diante. Você também pode selecionar texto formatado no documento para [criar um novo estilo na galeria Estilos](#).

Os estilos discutidos neste artigo estão localizados na galeria de Estilos, um menu visual localizado na guia **Página Inicial**. Para aplicar um estilo, basta selecionar o texto que você deseja formatar e, em seguida, clicar no estilo desejado na galeria de Estilos. Para saber mais, veja [Aplicar um estilo ao texto no Word](#).



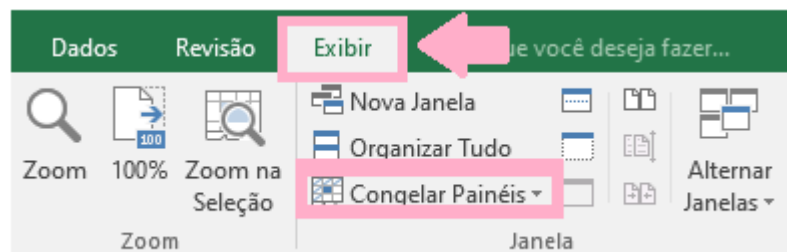
GABARITO D

83 - (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No Excel 2016, configuração padrão e em português, temos a importante função de “Congelar Painéis”. Tal ferramenta permite congelar uma parte da planilha para mantê-la visível enquanto o usuário percorrer o restante da planilha. Assinale a alternativa que corresponde à Guia onde pode ser acessado o ícone “Congelar Painéis”:

- a) Página Inicial.
- b) Exibir.
- c) Layout.
- d) Dados
- e) Revisão

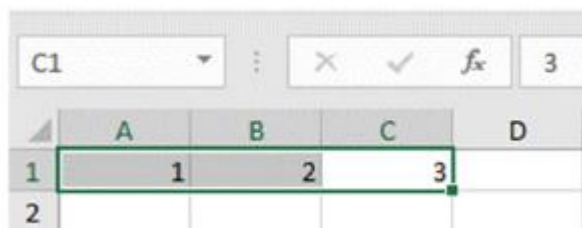
Comentário

A ferramenta “Congelar Painéis” pode ser acessada na Guia Exibir:



GABARITO B

84 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) A figura a seguir foi extraída do MS Excel e apresenta as células A1, B1 e C1 preenchidas com números (formato numérico) e selecionadas.



	A	B	C	D
1	1	2	3	
2				

Se o usuário utilizar a opção de mesclar células e centralizar nesse momento, o resultado será uma única célula com o valor

- A) 1
- B) 123
- C) 2
- D) 3
- E) 6

Comentário

A ferramenta de “Mesclar e Centralizar” converte as células selecionadas em uma única célula.

Mas como será feita essa conversão?

Se a célula mais à esquerda da seleção contiver algum dado, vai ser esse dado o conteúdo da nova célula, sendo certo que os valores contidos nas outras células serão descartados.

No caso da questão, a célula mais à esquerda possui o dado número 1, sendo este o valor da nova célula. Os demais valores contidos nas outras células serão descartados.

GABARITO A

85 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) No Microsoft Outlook 2010 é possível ativar opções que irão requisitar que seja devolvida uma confirmação assim que o e-mail for lido e/ou entregue ao destinatário. Tais opções são facilmente ativadas na tela de criação de um novo e-mail, presentes no menu de Opções, e são chamadas respectivamente:

- A) Notificação de Leitura e Notificação de Entrega.
- B) Notificação de Status de Leitura e Confirmação de Envio.
- C) Solicitar Confirmação de Leitura e Solicitar Confirmação de Entrega.
- D) Requisitar Notificação de Leitura e Requisitar Notificação de Envio.
- E) Status de Leitura e Status de Envio.

Comentário

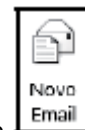
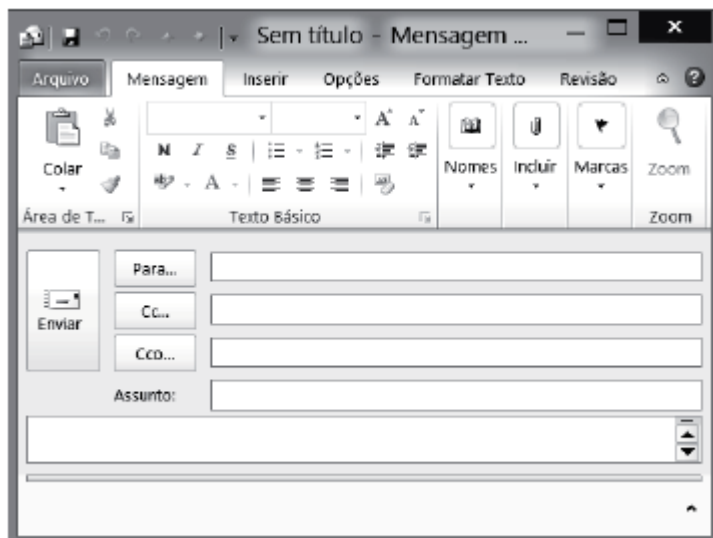
C) Solicitar Confirmação de Leitura e Solicitar Confirmação de Entrega.

CORRETA



GABARITO C

86 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras) Observe a figura a seguir, que mostra a janela para criação de um e-mail no software Outlook do pacote MSOffice2010BR.



Essa janela é mostrada na tela a partir do acionamento do ícone  ou, como alternativa, sendo resultado da execução do seguinte atalho de teclado:

- A) Alt + O
- B) Ctrl + O
- C) Alt + B
- D) Ctrl + N
- E) Alt + N

Comentário

A) Alt + O

INCORRETA. Esse atalho exige o menu Formatar.

B) Ctrl + O

INCORRETA. Esse atalho é para abrir uma mensagem recebida.

C) Alt + B

INCORRETA. Esse atalho é para retornar para o modo exibição anterior.

D) Ctrl + N

CORRETA. De fato, esse atalho serve para criar uma mensagem.

E) Alt + N

INCORRETA. Esse atalho é para inserir um arquivo.

GABARITO D

87 – (5º Simulado Geral. 2021. Outras. Adaptada) Ao abrir o navegador de internet qualquer, digitar o site <https://www.google.com>, aparece um cadeado  na frente link do site. Qual a função desse ícone?

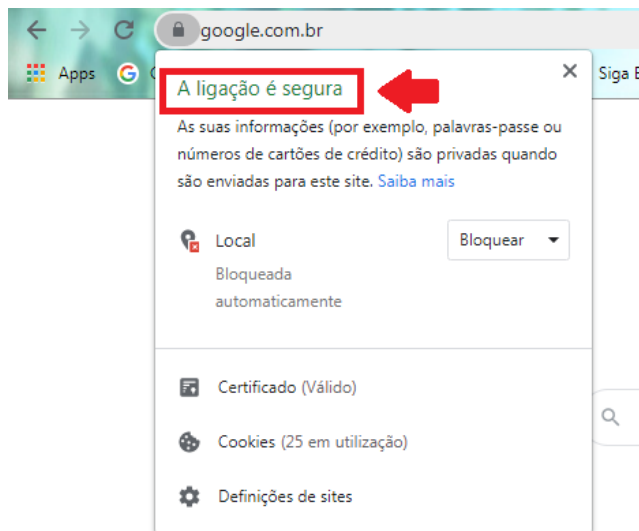
- A) Bloquear a digitação de um novo link.
- B) O site digitado não contém cookies.
- C) O site é seguro, e seus dados serão criptografados.
- D) O site está livre de hackers.
- E) O site está bloqueado temporariamente

Comentário

C) O site é seguro, e seus dados serão criptografados.

CORRETA.

O ícone do cadeado fechado significa que a navegação é segura, pois é utilizado os protocolos http + ssl (que usa criptografia para proteger os dados), gerando o protocolo famoso https.



GABARITO C

88 – (5º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Uma atividade muito comum a usuários que navegam na internet é localizar textos numa página. O atalho por teclado que permite localizar textos numa página sendo exibida por meio do Google Chrome 67, em sua configuração padrão, é:

- A) Ctrl + B
- B) Ctrl + P
- C) Ctrl + F
- D) Ctrl + H
- E) Ctrl + J

Comentário

A) Ctrl + B

INCORRETA. Esse atalho não tem função.

B) Ctrl + P

INCORRETA. Esse atalho é para imprimir a página atual.

C) Ctrl + F

CORRETA. De fato, esse atalho serve para abrir a barra localizar.

D) Ctrl + H

INCORRETA. Esse atalho é para abrir a página do histórico em uma nova guia.

E) Ctrl + J

INCORRETA. Esse atalho é para abrir a página de downloads em uma nova guia.

GABARITO C

89 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Assinale a alternativa que corresponde ao atalho utilizado para aceitar uma chamada de vídeo:

- a) CTRL + SHIFT + A
- b) CTRL + SHIFT + S
- c) ALT + SHIFT + C
- d) CTRL + SHIFT + M
- e) ALT + SHIFT + N

Comentário

a) CTRL + SHIFT + A

CORRETA. De fato, esse é o atalho para aceitar uma chamada de vídeo.

b) CTRL + SHIFT + S

INCORRETA. Esse atalho é para aceitar uma chamada de áudio.

c) ALT + SHIFT + C

INCORRETA. Esse atalho é para iniciar uma nova conversa.

d) CTRL + SHIFT + M

INCORRETA. Esse atalho é para alternar mudo.

e) ALT + SHIFT + N

INCORRETA. Esse atalho é para agendar uma reunião.

GABARITO A

90 – (5º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quando as reuniões incluem legendas ao vivo ou transcrição, o Teams identifica automaticamente o alto-falante juntamente com o que eles dizem. Você pode optar por ocultar seu nome em legendas ao vivo, transcrição ao vivo e a transcrição salva que está disponível após a reunião.

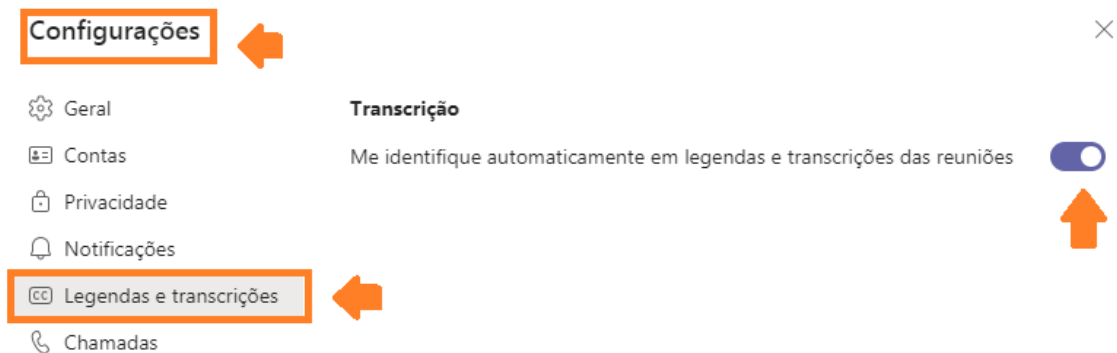
Assinale a alternativa que corresponde ao caminho a ser percorrido pelo usuário do MS-Teams para ocultar o seu nome em legendas ao vivo:

- a) Configurações > Notificações > marcar a opção “Anônimo”.
- b) Configurações > Legendas e Transcrições > desmarcar a opção “me identifique automaticamente em legendas e transcrições das reuniões.
- c) Configurações > Privacidade > marcar a opção “não me identifique automaticamente em legendas e transcrições das reuniões”.
- d) Configurações > Geral > desmarcar a opção “me identifique automaticamente em legendas e transcrições das reuniões.
- e) Configurações > Chamadas > marcar a opção “Anônimo”.

Comentário

b) Configurações > Legendas e Transcrições > desmarcar a opção "me identifique automaticamente em legendas e transcrições das reuniões.

CORRETA.



GABARITO B

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (5º Simulado Geral. 2021. Outras) O que deve vir no lugar das interrogações (??) na seguinte sequência de letras, com base na ordem alfabética em português vigente?

CH GL KP OT ??

- a) TW
- b) SY
- c) SX
- d) TX
- e) YZ

Comentário:

Inicialmente vamos elencar o alfabeto:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

Adiante devemos descobrir a sequência lógica. Vejamos:

No primeiro termo "CDEFGH", temos 4 letras que separam elas.

No segundo termo "GHIJHL", também temos 4 letras que separam elas e notamos que a letra "G" é a letra anterior a letra "H".

No terceiro termo "KLMNOP", também temos 4 letras que separam elas e notamos que a letra "K" é a letra anterior a letra "L".

No quarto termo "OPQRST", também temos 4 letras que separam elas e notamos que a letra "O" é a letra anterior a letra "P".

Encontramos a sequência lógica!

A primeira letra do quinto termo (??) é a letra "S", pois é a letra anterior a letra "T" e seguindo a sequência chegamos à letra "X".

S T U V W X

GABARITO C

92 - (5º Simulado Geral. 2020. Outras) Qual o número que completa a sequência corretamente de acordo com o padrão lógico?

11.520, 1.152, ____, 24, 6, 3

- a) 245
- b) 345
- c) 144
- d) 167
- e) 187

Comentário:

Vamos encontrar a sequência lógica:

Preliminarmente notamos que os termos diminuem com características da operação divisão em razão do termo anterior.

÷ 10			÷ 4	÷ 2	
11.520	1152	?	24	6	3

Assim, basta completarmos a tabela com a divisão correspondente “÷ 8” para encontrarmos o número da sequência.

$$1152 \div 8 = 144$$

Para ilustrar vamos dividir o resultado anterior por 6;

$$144 \div 6 = 24$$

÷ 10	÷ 8	÷ 6	÷ 4	÷ 2	
11.520	1152	144	24	6	3

GABARITO C

93 - (5º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

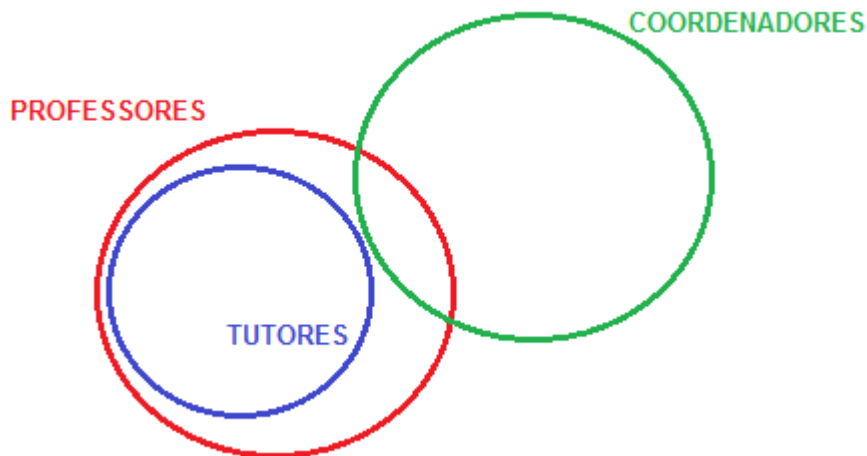
- I. Todos os tutores são professores.
- II. Alguns coordenadores são professores.

A partir dessas afirmações, é correto afirmar que

- a) há coordenadores que são tutores.
- b) há tutores que não são professores.
- c) há professores que são tutores.
- d) todos os coordenadores são professores.
- e) há policiais professores.

Comentário:

Vamos resolver a questão utilizando as informações do enunciado através dos diagramas lógicos:



Agora vamos analisar as alternativas:

~~a) há coordenadores que são tutores.~~

INCORRETA. Sabemos que existem coordenadores que são tutores, mas não podemos afirmar que estes também são tutores.

~~b) há tutores que não são professores.~~

INCORRETA. Sabemos que todos os tutores são professores.

c) há professores que são tutores.

CORRETA. Exatamente, sabemos que todos os tutores são professores, logo, há professores que são tutores.

~~d) todos os coordenadores são professores.~~

INCORRETA. Não podemos afirmar, temos coordenadores que são professores, mas também podemos ter coordenadores que não são professores.

~~e) há policiais professores.~~

INCORRETA. Não podemos afirmar, pois não temos informações acerca de policiais.

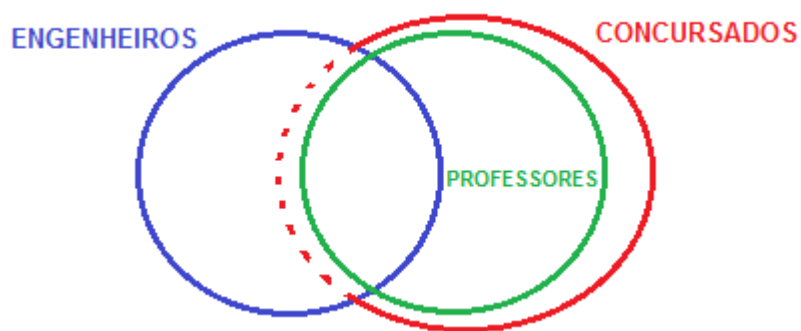
GABARITO C

94 - (5º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Em determinado município, alguns engenheiros são professores e todo professor é concursado. Sendo assim, nesse município, é verdade que

- a) todo concursado é engenheiro.
- b) todo engenheiro é concursado.
- c) todo concursado é professor.
- d) não existe professor que é engenheiro.
- e) existe concursado que é engenheiro.

Comentário:

Vamos resolver a questão utilizando as informações do enunciado através dos diagramas lógicos:



Agora vamos analisar as alternativas:

~~a) todo concursado é engenheiro.~~

INCORRETA. Não podemos afirmar, por exemplo, podemos ter concursados professores.

~~b) todo engenheiro é concursado.~~

INCORRETA. Não podemos afirmar, pois podemos ter engenheiros que não são concursados.

~~c) todo concursado é professor.~~

INCORRETA. Não podemos afirmar, visto que podemos ter concursados que não são professores.

~~d) não existe professor que é engenheiro.~~

INCORRETA. Errado, pois sabemos que alguns engenheiros são professores.

e) existe concursado que é engenheiro.

CORRETA. Exato, uma vez que, todo professor é concursado e existe alguns engenheiros que são professores.

GABARITO E

95 - (5º Simulado Geral. 2020. Outras) Se Gisele não é persistente e José é ousado, então Tiago é trapaceiro. Se Tiago é trapaceiro, então Beatriz não é bonita. Sabe-se que Beatriz é bonita.

Logo, podemos afirmar, corretamente, que:

- a) Tiago é trapaceiro.
- b) Gisele não é persistente.
- c) Gisele não é persistente e José é ousado.
- d) Gisele é persistente e José não é ousado.
- e) Gisele é persistente ou José não é ousado.

Comentário:

I. Se Gisele não é persistente e José é ousado, então Tiago é trapaceiro. $(\sim G \wedge J) \rightarrow T$

II. Se Tiago é trapaceiro, então Beatriz não é bonita. $T \rightarrow \sim B$

III. Beatriz é bonita. = **V**

Vamos lá!

II. Se Tiago é trapaceiro, então Beatriz não é bonita. = **V**

F

F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ $\rightarrow$ ”)**, sabemos que **Beatriz não é bonita é falso**, consequentemente para a proposição ser verdadeira a primeira parte **Tiago é trapaceiro será falso**.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Agora a segunda parte da proposição é falso (Tiago é trapaceiro). O caso se assemelha ao anterior, visto que para a **condicional** ser verdadeira, já sabendo que a segunda parte é falsa, então a primeira parte também deve ser falsa.

I. **Se** Gisele não é persistente **e** José é ousado, **então** Tiago é trapaceiro. = V

F F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Por fim, resolvemos a negação da **conjunção (e " $\wedge$ ")** através das Leis de Morgan, basta negarmos ambas as partes e trocarmos o conectivo e " $\wedge$ " pelo conectivo **ou " $\vee$ "**.

Se Gisele não é persistente **e** José é ousado = Gisele é persistente **ou** José não é ousado.

Agora, vamos analisar as alternativas:

a) Tiago é trapaceiro.

INCORRETA, pois sabemos que Tiago é trapaceiro é falsa.

b) Gisele não é persistente.

INCORRETA, pois sabemos que Gisele é persistente.

c) Gisele não é persistente e José é ousado.

INCORRETA, pois sabemos que primeiro Gisele é persistente, bem como, José não é ousado.

d) Gisele é persistente e José não é ousado.

INCORRETA, o conectivo está errado, não se trata de uma **conjunção (e " $\wedge$ ")**.

e) Gisele é persistente ou José não é ousado.

CORRETA, exatamente o que constamos **Gisele é persistente ou (disjunção “v”) José não é ousado**.

GABARITO E

96 - (5º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Carlos, Denis, Elvis e Flávio têm 1, 2, 3 ou 4 netos, um veículo de marca diferente, sendo as marcas A, B, C ou D, e moram em cidades distintas, sendo Sorocaba, Itu, Valinhos, ou Araraquara, não necessariamente nessas ordens. Sabe-se que:

- Carlos, que mora em Valinhos, tem mais netos do que Denis e do que quem tem o carro da marca A;
- Denis tem o carro da marca D;
- Quem mora em Sorocaba tem o carro da marca A;
- O morador de Itu tem menos netos do que Elvis e do que quem tem o carro da marca C;
- Quem mora em Araraquara tem 2 netos e não tem o carro da marca D;
- Quem tem o carro da marca B tem 4 netos.

Com essas informações, assinale a alternativa que contém uma associação correta.

- a) Quem mora em Valinhos tem o carro da marca C.
- b) Quem mora em Itu tem o carro da marca D.
- c) Flávio mora em Sorocaba.
- d) Elvis tem 4 netos.
- e) Flávio tem 3 netos.

Comentário:

Questão que requer atenção! Vamos criar uma tabela e inserir as informações do enunciado:

I. Carlos mora em Valinhos, tem mais netos que Denis e de quem tem o veículo da marca A, logo, ele não pode ter apenas um neto ou até mesmo dois;

II. Denis possui o veículo da marca D;

III. Se quem mora em Sorocaba tem o veículo A, já concluímos que não pode ser Carlos ou Denis;

- IV. O morador de Itu tem menos netos do que Elvis e do que quem tem o veículo da marca C;
- V. Quem mora em Araraquara tem 2 netos e não tem o carro da marca D, logo, Denis não mora em Araraquara, sobrando apenas Itu. O morador de Itu Denis tem menos netos que Elvis e de quem tem o veículo da marca C, ou seja, Denis tem apenas 1 neto;
- VI. Quem tem o carro da marca B tem 4 netos.

Seguindo:

- VII. Denis tem 1 neto, um veículo da marca D e reside em Itu;
- VIII. Carlos reside em Valinhos, tem 4 netos e o veículo da marca B;
- IX. Elvis tem o veículo da marca A, 3 netos e reside em Sorocaba;
- X. Flávio tem 2 netos, um veículo da marca C e reside em Araraquara;

	NETOS				VEÍCULOS				CIDADES			
NOMES	1	2	3	4	A	B	C	D	SOROCABA	ITU	VALINHOS	ARAQUARA
CARLOS	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	X	-
DENIS	X	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-
ELVIS	-	-	X	-	X	-	-	-	X	-	-	-
FLÁVIO	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X

Por fim, vamos analisar as alternativas:

~~a) Quem mora em Valinhos tem o carro da marca C.~~

INCORRETA.

b) Quem mora em Itu tem o carro da marca D.

CORRETA.

~~c) Flávio mora em Sorocaba.~~

INCORRETA.

~~d) Elvis tem 4 netos.~~

INCORRETA.

~~e) Flávio tem 3 netos.~~

INCORRETA.

GABARITO B

97 - (5º Simulado Geral. 2020. Outras) A proposição composta: “Manuela vai à praia ou vai ao shopping”, é falsa quando:

- a) Manuela vai à praia e ao shopping.
- b) Manuela vai somente a praia.
- c) Manuela vai somente ao shopping.
- d) Manuela vai à praia e não vai ao shopping.
- e) Manuela não vai à praia e não vai ao shopping.

Comentário:

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva (ou "v")** que só será falsa quando ambas forem falsas.

“Manuela vai à praia **ou** vai ao shopping” = **V**

p	q	p v q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



Entretanto, para negarmos uma proposição com conectivo **ou ("v" disjunção inclusiva)**, basta negarmos ambas as partes e trocarmos o conectivo “ou” pelo conectivo **e ("^" conjunção)**.

Desse modo, será falsa:

“Manuela não vai à praia **e** não vai ao shopping” = **F**

GABARITO E

98 - (5º Simulado Geral. 2020. Outras) Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Carlos escreve poemas e ensina Gramática”. A negação dessa sentença, por definição, será dada por

- a) “Carlos não escreve poemas ou não ensina Gramática”.
- b) “Carlos escreve poemas ou não ensina Gramática”.
- c) “Carlos não escreve poemas ou ensina Gramática”.
- d) “Carlos escreve poemas ou ensina Gramática”.
- e) “Carlos não escreve poemas se, e somente se, ensina Gramática”.

Comentário:

“Carlos escreve poemas e ensina Gramática” = $p \wedge q$

Estamos diante de uma **conjunção (e “^”)** para negarmos vamos utilizar as Leis de Morgan, basta negarmos ambas as partes e trocarmos o conectivo **e “^”** pelo conectivo **ou “v”**.

“Carlos não escreve poemas **ou** não ensina Gramática” = $\sim p \vee \sim q$

GABARITO A

99 - (5º Simulado Geral. 2020. Outras) Considere a seguinte proposição: “Se Luiza passar no concurso, então ela não irá morar em outra cidade”. Assinale a alternativa que apresenta a proposição composta equivalente.

- a) “Se Luiza não passar no concurso, então ela não irá morar em outra cidade”.
- b) “Se Luiza não passar no concurso, então ela irá morar em outra cidade”.
- c) “Luiza passou no concurso e não foi morar em outra cidade”.
- d) “Luiza passou no concurso ou não foi morar em outra cidade”.
- e) “Se Luiza for morar em outra cidade, então ela não passou no concurso”.

Comentário:

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “->”)** e a questão exige a equivalência.

“**Se** Luiza passar no concurso, **então** ela não irá morar em outra cidade”. = $p \rightarrow \sim q$

Temos duas possibilidades:

Primeira: (Contrapositiva): Negar tudo e inverter a ordem.

“Se Luiza for morar em outra cidade, então ela não passou no concurso”. = $\sim p \rightarrow q$

Segunda: Nega a 1ª parte e mantém a 2ª parte e substitui o condicional (Se... então " $\rightarrow$ ") pelo conectivo ou (disjunção inclusiva " $\vee$ ").

“Luiza não passou no concurso ou não foi morar em outra cidade”. = $\sim p \vee q$

Na questão fizemos uso da primeira opção (contrapositiva).

GABARITO E

100 - (5º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Para negar logicamente a afirmação: “Hoje eu corro 15 km ou faço 1000 abdominais”, é correto dizer:

- a) Hoje eu não corro 15 km ou não faço 1000 abdominais.
- b) Hoje eu não corro 15 km e faço 1000 abdominais.
- c) Hoje eu não corro 15 km e não faço 1000 abdominais.
- d) Hoje eu corro 15 km e não faço 1000 abdominais.
- e) Hoje eu corro 14 km ou faço 900 abdominais.

Comentário:

“Hoje eu corro 15 km ou faço 1000 abdominais” = $p \vee q$

Estamos diante de uma disjunção inclusiva (ou " $\vee$ ") e para negarmos devemos negar a 1ª parte e negar a 2ª parte e trocamos o conectivo ou " $\vee$ " pelo conectivo e " $\wedge$ ".

“Hoje eu não corro 15 Km e não faço 1000 abdominais” = $\sim p \wedge \sim q$

GABARITO C